



Brasília-DF • Ano XLIII • Nº 234 • OUTUBRO 2016

Centro de Comunicação Social do Exército

O Serviço Militar obrigatório no EXÉRCITO BRASILEIRO

DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR



Ainda nesta edição:

A nova Governança na Diretoria de
Fiscalização de Produtos Controlados

A Gestão de Processos no Exército

A Conquista de Caiena

PROMOÇÃO POUPANÇA PREMIADA



MAIS DE
1.600
CHANCES DE
GANHAR!

Baleia Léia
mascote da Poupança POUPEX

A POUPEX, em parceria com o Banco do Brasil, realiza a **Promoção Poupança Premiada**. Você participa de sorteios de pontos em programa de relacionamento do BB. Os prêmios são de até 1 milhão de pontos e você tem 1.683 chances de ganhar!

MAIS INFORMAÇÕES
0800 61 3040
WWW.POUPEX.COM.BR

POUPEX



Editorial

VERDE OLIVA – ANO XLIII • Nº 234 • OUTUBRO 2016

Estimado leitor,

Por ter a incumbência de unificar o alistamento militar para as Forças Armadas, o Exército Brasileiro (EB) tem o privilégio e a grande responsabilidade de transmitir a primeira impressão para os jovens que, em pleno exercício da cidadania, procuram cumprir as suas obrigações referentes ao Serviço Militar Obrigatório.

No âmbito da Força, a Diretoria de Serviço Militar (DSM) é o órgão técnico normativo encarregado de gerir, entre outras, as atividades de conscrição, seleção, mobilização, serviço temporário e identificação de pessoal, que serão explicitadas nesta edição nº 234 de nossa Revista Verde-Oliva (RVO).

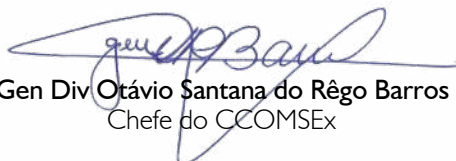
Em destaque, o trabalho da DSM ao incorporar tecnologias modernas em praticamente todas as suas áreas de atuação, no sentido de evitar burocracias desnecessárias e de adotar soluções rápidas e práticas, propiciando conforto e economia de tempo àqueles que procuram os Órgãos de Serviço Militar.

Ações que acompanham as evoluções tecnológicas e sociais também são apresentadas nos artigos “Nova Governança no Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados”, “A Gestão de Processos no Exército” e “As Novas Embarcações da Força Terrestre”.

Como a equipe da RVO tem a pretensão de atender às preferências de seus leitores, almejando maior interação com os mais variados públicos, esta edição também traz os seguintes artigos: o 8º Batalhão de Engenharia de Construção, organização militar com relevantes serviços prestados ao desenvolvimento do Brasil; a Conquista de Caiena, primeira ação militar externa do Brasil, ordenada por D. João VI; a Academia Militar das Agulhas Negras, os cadetes, a saudade e a amizade; e o Santuário de Nossa Senhora da Piedade, a epopeia de recrutas do 12º Batalhão de Infantaria durante estágio de escalador de montanha.

Ao enaltecer os valores pátrios, esta edição coloca em evidência o poeta **Olavo Bilac** e o Marechal **José Caetano de Faria**. O poeta, homenageado como o Patrono do Serviço Militar, inspirava os jovens brasileiros, apresentando os benefícios da vida castrense. O marechal foi um irrefutável defensor do Serviço Militar Obrigatório e, como Ministro da Guerra, promoveu importantes reformas na Força Terrestre e criou o centenário Serviço de Identificação do Exército.

Tenha uma proveitosa e agradável leitura!


Gen Div Otávio Santana do Rêgo Barros
Chefe do CCOMSEx

PUBLICAÇÃO DO
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO
(CCOMSEx)

Chefe do CCOMSEx:
Gen Div Otávio Santana do **Rêgo Barros**

Subchefe do CCOMSEx:
Cel Art QEMA **Marcos** José de Andrade

Chefe de Produção e Divulgação:
Cel Inf QEMA Roberto Adriano **Dorneles** de Matos

CONSELHO EDITORIAL
Cel Inf QEMA **Nereu** Augusto Dos Santos Neto
Cel Inf QEMA Roberto Adriano **Dorneles** de Matos
Cel R/I **Jefferson** dos Santos Motta

SUPERVISÃO TÉCNICA
Cel R/I **Jefferson** dos Santos Motta

REDAÇÃO
Ten Cel QCO **Carla Beatriz** Medeiros de Souza Albach
Cap QCO **Adriana** Ferreira Ribeiro de **Castro**

PROJETO GRÁFICO
S Ten Djalma **Martins**
1º Sgt Cav Adriano Henrique **Córdova**
1º Sgt Art Juliano **Bastos** Cogo
2º Sgt Inf Fabiano **Mache**
SC Luiz Fernando Vieira (Ilustração)

DIAGRAMAÇÃO E FINALIZAÇÃO
S Ten Djalma **Martins**
1º Sgt Cav Adriano Henrique **Córdova**

COORDENAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Centro de Comunicação Social do Exército

IMPRESSÃO
CSS EDITORA GRÁFICA
SIG – Conjunto E – Lote 10
Brasília-DF
CEP 72.153-505 – Tel. (61) 3336-1001
supergraficadf@gmail.com

PERIODICIDADE
Trimestral

TIRAGEM
30 mil exemplares – Circulação dirigida (Brasil e Exterior)

FOTOGRAFIA
Arquivos CCOMSEx
Acervo das Escolas Militares do Exército Brasileiro

JORNALISTA RESPONSÁVEL
1º Ten QCO **Leciane** Moreira Dias

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Quartel-General do Exército – Bloco B – Térreo
70630-901 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF
Telefone: (61) 3415-4673 – Fax: (61) 3415-4399
redacao@ccomsex.eb.mil.br

Disponível em PDF na página eletrônica:
www.eb.mil.br

NOSSA CAPA

Formatura do Dia
do Soldado - 8º
Batalhão Logístico,
Porto Alegre (RS).
Foto: Cb **Braga**



Sumário

ENTREVISTA COM O DIRETOR DO SERVIÇO MILITAR	06
SERVIÇO MILITAR: PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA	07
OLAVO BILAC: BRASILEIRO, POETA E VISIONÁRIO	13
O PRIMEIRO SORTEIO	15
POSTOS DE RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO	16
ESCOLA DE INSTRUÇÃO MILITAR: ESTUDAR E SERVIR	22
A MOBILIZAÇÃO COMO PODER DISSUASÓRIO	25
TIRO DE GUERRA: ESCOLA DE CIVISMO E CIDADANIA	28
MILITAR TEMPORÁRIO: ELO DE INTEGRAÇÃO	32
O CHEFE DE INSTRUÇÃO E O INSTRUTOR DE TIRO DE GUERRA	38
O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DO EXÉRCITO	40
NOSSAS OM: 8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	44
NOVA GOVERNANÇA: DFPC	49
NOTÍCIAS RÁPIDAS	52
A GESTÃO DE PROCESSOS NO EXÉRCITO	54
A CONQUISTA DE CAIENA	58
AMAN, CADETES E A AMIZADE	62
AS NOVAS EMBARCAÇÕES DO EXÉRCITO	64
SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	68
PERSONAGEM DA NOSSA HISTÓRIA:	
MARECHAL JOSÉ CAETANO DE FARIA	70



Espaço do Leitor

redacao@ccomsex.eb.mil.br

“Recebi um exemplar da Revista Verde-Oliva que trata do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), unidade que tive o prazer de conhecer e realizar um estágio de sobrevivência na selva. Parabéns a equipe pelo excelente trabalho. Sou graduado em logística e, atualmente, como profissional da aviação, sou tripulante de companhia aérea. Sendo admirador do sistema logístico do Exército, gostaria de, se possível, receber um exemplar da Revista nº 228 – Logística Forte é Poder de Combate –, com a finalidade de portar e divulgar o trabalho que nem todos conhecem e mostrar o nosso Exército como Instituição. Selva!

Tenente R/2 Antônio Gomes Hidalgo

“Tenho o interesse em receber exemplares da Revista Verde-Oliva e de outras publicações do Exército Brasileiro. O material será usado para divulgação aos associados da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Delegacia de Goiás (ADESG – GO), bem como aos alunos dos nossos cursos de Estudos de Política e Estratégia.

Gilberto Alves Marinho
Delegado da ADESG em Goiás

“Sou reservista do Exército Brasileiro, tendo servido, em 2004, na 25ª Circunscrição de Serviço Militar, em Fortaleza (CE). Gostaria de adquirir a Revista Verde-Oliva, para saber das últimas notícias sobre o nosso Exército Brasileiro, ao qual, com orgulho, servi como soldado.

Hilário Tiburtino de Oliveira Filho
Fortaleza (CE)

“Tenho 16 anos e amo a Revista Verde-Oliva. Possuo duas edições que mandei plastificar. Gostaria de receber outras, enquanto me preparo para o concurso de ingresso no Exército.

Larissa Gomes
Barueri (SP)

“Sou civil, psicóloga, com experiência e paixão pela área de pesquisa do comportamento humano e educação. Admiradora dos assuntos militares desde pequena, fui recentemente presenteada com uma preciosa edição da Revista Verde-Oliva, de novembro de 2015, pelo Tenente Ivênio, da unidade de Jacaré (SP). Parabéns a equipe redatora pela excelência dos artigos. Sobre o exemplar citado, elogio a reportagem sobre Centro de Estudos de Pessoal/Forte Duque de Caxias (CEP FDC- RJ), em que constava o belíssimo lema: "Valorizando o Homem, serve ao Exército e ao Brasil". Fiquei especialmente encantada com a colônia de férias daquela unidade. O quartel para crianças. Ali estava o testemunho do Tenente-Coronel **Santos**, um colonin na década de 70, que foi cativado na infância pela equipe e pela organização militar. "Se eu não tivesse sido bem tratado, não teria voltado no segundo dia, nem no ano seguinte e não seria militar!" Maravilhada, constatei que esse militar integra a equipe de divisão de ensino do CEP FDC-RJ, agregando mais de 30 anos de serviços prestados ao EB! Imagino o testemunho como um sonho realizado! No desejo de continuar acompanhando o trabalho que o EB realiza, peço a cortesia de receber essa admirável revista em minha residência.

Respeitosamente,

Juliana dos Santos

Prezado Leitor,

Fale conosco pelo e-mail redacao@ccomsex.eb.mil.br. Gostaríamos de conhecer sua opinião sobre a Revista Verde-Oliva.

Equipe Verde-Oliva



ENTREVISTA COM O DIRETOR DE SERVIÇO MILITAR:

General de Brigada Afonso Henrique Ignácio Pedrosa



O General de Brigada Afonso Henrique Ignácio Pedrosa nasceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 2 de fevereiro de 1960. É praça de 16 de fevereiro de 1976, oficial de Artilharia da Turma de 1982 e promovido ao posto atual em 25 de novembro de 2012. Foi Diretor de Serviço Militar no período de 27 de maio de 2014 a 14 de setembro de 2016.

Revista Verde-Oliva – Neste ano de 2016, a Diretoria de Serviço Militar (DSM) completa 110 anos de sua criação. Nesse contexto, como V Exa vê, na atualidade, o papel da Diretoria e do Serviço Militar na vida nacional?

General Pedrosa – A DSM é um órgão técnico normativo subordinado ao Departamento-Geral do Pessoal (DGP), ao qual presta assessoramento em todos os assuntos de interesse de serviço militar, de controle de militares temporários, de demissão de oficiais e de identificação de pessoal. No âmbito do Ministério da Defesa, a incumbência sobre o Serviço Militar é da Chefia de Mobilização. No tocante à contribuição do Serviço Militar à vida nacional, é marcante a integração da juventude às Forças Armadas. É o sangue novo que, aliado à experiência dos homens e das mulheres do quadro permanente do Exército, estabelece uma parceria de sucesso há mais de um século, no qual o Serviço Militar tornou-se símbolo da plena cidadania no Brasil.

Revista Verde-Oliva – Na opinião de V Exa, qual é a importância do Serviço Militar para a família brasileira e para o contexto da Política de Defesa Nacional?

General Pedrosa – Todo cidadão brasileiro deve alistar-se no ano em que completa 18 anos. Dessa

forma, a sociedade, por meio de suas famílias, tributa ao Serviço Militar o que possui de mais precioso, seus filhos. Assim, o Exército também integra o cotidiano de milhares de famílias brasileiras, que passam a reconhecer seus filhos como legítimos integrantes da Força. Essa relação de pertinência fortalece os laços entre a sociedade e o Exército, na medida em que o conhecimento é transmitido, aliado aos valores e aos cultos éticos da Força Terrestre. Tal influência é confirmada nas recentes pesquisas de opinião pública, que mostram o quão caro é o apreço da sociedade ao seu Exército, bem como ela própria é um espelho que se reflete dentro da Força Terrestre. No contexto da Política de Defesa Nacional, o Serviço Militar obrigatório, democrático, nacional, inclusivo, presente em todo o território, permite a necessária unidade de pensamento e de propósito em prol de uma missão nobre, patriótica e devotada, que é a defesa da Pátria.

Revista Verde-Oliva – Outro fator importantíssimo na Política de Defesa Nacional é o papel atribuído à Mobilização Militar num contexto mais abrangente da Mobilização Nacional. Qual é o papel da DSM no que tange à mobilização de pessoal da Força Terrestre?

General Pedrosa – A conscrição militar e a mobilização são pilares fundamentais que o estado



brasileiro possui como fatores integrantes, entre outros que compõe a Política Nacional de Defesa. A Estratégia Nacional de Defesa prevê a mobilização militar como preponderante, assegurando a mobilidade e a elasticidade de efetivos que permitam às Forças Armadas disporem de mais esse fator dissuasório na defesa do Brasil e dos seus interesses.

Revista Verde-Oliva – São de nosso conhecimento alguns projetos de modernização e de racionalização do Serviço Militar, como a criação dos Postos de Recrutamento e Mobilização e as Comissões de Seleção Permanente das Forças Armadas. V Exa poderia descrever o estágio atual desses projetos?

General Pedrosa – Os Órgãos do Serviço Militar prestaram e prestam grandes serviços às Forças Armadas, porém os desafios do século XXI impõem novos patamares no tocante ao processamento e à agilidade das informações. Encontra-se em andamento o Programa de Racionalização e Reestruturação do Serviço Militar, que prevê, entre outras providências, a redução dos efetivos da administração do recrutamento com a implantação dos Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM), que, basicamente, congregarão os atributos dos Delegados de Serviço Militar. Com relação à Comissão de Seleção Permanente das Forças Armadas, a primeira encontra-se em atividade na cidade de Salvador (BA) e permitirá ao cidadão, que tenha realizado o seu alistamento on line, marcar, pelo sistema, o dia e o horário para a realização de exames e entrevista.

Revista Verde-Oliva – Sobre o alistamento online, quando o serviço será totalmente disponibilizado para os cidadãos que se alistam anualmente no Serviço Militar?

General Pedrosa – Dentro da nova concepção para o Serviço Militar, esse serviço permitirá ao cidadão realizar seu alistamento militar a partir da rede mundial de computadores. Além da praticidade, representa economia de tempo e de recursos, tanto para a Força Terrestre como para os usuários do sistema. Atualmente, nove estados dispõem desse serviço, com a previsão de outros 15 em 2017. Em 2018, a expectativa é de que todos os estados da Federação tenham alistamento online

disponível, a partir do site www.alistamento.eb.mil.br.

Revista Verde-Oliva – Neste ano, o Serviço de Identificação do Exército completa 100 anos de institucionalização na Força Terrestre. Quais as principais inovações que serão incorporadas com a nova Carteira de Identidade Militar com chip e quais benefícios trarão à Força Terrestre?

General Pedrosa – O centenário do Serviço de Identificação do Exército é um marco que deve ser comemorado, pois nesse século de existência várias gerações da família militar foram identificadas pela Força. Desde a sua criação, em 1916, pelo Marechal **José Caetano de Faria**, Ministro da Guerra durante a 1ª Guerra Mundial, foi notório o preparo técnico-científico dessa vertente de apoio ao pessoal, que buscou sempre as melhores práticas e tecnologias em identificação. Ser identificado pela Força significa ter oficialmente reconhecido o seu vínculo com o Exército, fato que, por si só, encerra uma relação de pertinência. A Carteira de Identidade Militar tem fé pública em todo o território nacional. Agora, com a implantação do chip, a Força Terrestre disponibilizará um documento com melhores características de fidelidade e de segurança de dados. Configura, ainda, uma nova plataforma de armazenamento de informações e poderá receber funcionalidades adicionais no controle de acessos, de relações com hospitais militares e demais possibilidades de uso embarcadas em sua tecnologia.

Revista Verde-Oliva – General Pedrosa, como V Exa vislumbra o espectro de atuação da DSM nos próximos anos?

General Pedrosa – A DSM segue confiante as determinações e os desafios propostos pelo DGP, que tem na “Gestão de Vidas” o seu maior propósito. Com certeza, continuaremos nessa mesma linha de desafios, que se iniciaram há 110 anos, inspirados nos exemplos morais do Duque de Caxias e nos ideais republicanos, patrióticos e cívicos do Patrono de Serviço Militar – **Olavo Bilac**. “Onde houver um brasileiro, lá estará o Serviço Militar”. 



Serviço Militar: Pleno Exercício da Cidadania

É imperioso lembrar que os valores e os propósitos da trajetória do Serviço Militar confundem-se com a própria história do Brasil, caracterizada pelo amor à terra e pelos sentimentos patrióticos.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO MILITAR NO BRASIL

Os valores imateriais associados ao Serviço Militar têm suas origens no Período Colonial, com o caráter obrigatório de defesa das capitanias hereditárias. As atividades relacionadas à defesa são sinais claros que nos permitem associar a história do Serviço Militar à própria trajetória do povo brasileiro.

Foi dessa época o primeiro documento regulador do que seria o embrião do Serviço Militar. Um “Termo”, promulgado na Câmara de São Vicente, em 1542, que organizava uma milícia de colonos e índios, para congregar os habitantes na defesa da terra, é considerado o primeiro registro de atividade organizada de defesa territorial.

Em 1548, o “Regulamento de El Rei”, trazido por Tomé de Souza, determinava a posse de armas aos colonos e aos proprietários de engenho.

No ano de 1570, foi criado o “Regimento dos Capitães Mores”, com a mesma finalidade de defesa territorial.

Seguiu-se ao Regimento, em 1574, a “Provisão sobre as Ordenanças”, que assinalou o



início do Serviço Militar obrigatório, ao estabelecer que todo cidadão, entre 14 e 60 anos, deveria estar pronto para servir à Coroa nas Companhias de Ordenanças, caracterizando o início da regulamentação do Serviço Militar. Essas milícias de cidadãos, muito valorizadas pela Coroa Portuguesa, tiveram influência decisiva na expulsão dos invasores, particularmente dos holandeses.

As memoráveis Batalhas dos Guararapes, gênese do Exército Brasileiro (EB), trazem à lembrança as origens do Serviço Militar, na união das raças e na unificação do propósito da defesa.

No Império, a Constituição de 1824 reafirmou a obrigatoriedade do Serviço Militar. Em 1874, devido à Guerra da Tríplice Aliança, foi promulgada nova lei que regulou o recrutamento para o Exército e para a Marinha. Para atender ao chamamento dessa Guerra, surgiram os Batalhões de Voluntários da Pátria. Após 1880, a admissão do cidadão em serviço público passou a ser feita com a comprovação do cumprimento de suas obrigações militares.

A Constituição Republicana de 1891 manteve a obrigatoriedade do Serviço Militar e o recrutamento por voluntariado e sorteio. Com a necessidade de um sistema que efetivamente coordenasse as atividades de preparo e emprego das Forças Armadas, foi criada, em 5 de setembro de 1906, a Confederação do Tiro Brasileiro, embrião da atual Diretoria de Serviço Militar.



Em 1908, instituiu-se a Lei do Serviço Militar, com prioridade para a Conscrição Militar. Nos anos que antecederam a 1ª Guerra Mundial, o poeta e jornalista Olavo Bráz Martins dos Guimarães Bilac percorreu o País em memorável campanha cívica, pregando a necessidade do Serviço Militar como preito de amor à Pátria, enquanto destacava o quartel com uma escola de civismo.

Em 1916, criou-se a Liga de Defesa Nacional. No mesmo ano, aconteceu o primeiro sorteio para o Serviço Militar, realizado na Praça XV, no Rio de Janeiro. Em 1917, a Diretoria teve a sua denominação alterada para Diretoria-Geral de Tiro de Guerra (DGTG).

No ano de 1934, passou a se chamar Diretoria de Serviço Militar e da Reserva e, em 1938, Diretoria de Recrutamento, ficando-lhe subordinados o Serviço de Identificação do Exército e o Asilo dos Inválidos da Pátria.

Com a organização da Força Expedicionária Brasileira, em 1943, verificou-se a eficácia da estrutura do Serviço Militar e, após esse grande conflito mundial, ficou provada a eficiência da mobilização da reserva do Exército como fator de elasticidade de efetivo em momentos de crise.

Os assuntos de Serviço Militar passaram a ser tratados, em 1952, pela Diretoria-Geral do Serviço Militar, constituída pelas antigas Diretorias do Recrutamento e da Reserva.

Em 1956, passou à subordinação do Departamento Geral de Administração e, finalmente, em 1967, recebeu a designação que mantém até hoje: Diretoria de Serviço Militar (DSM).

A Lei do Serviço Militar, principal marco regulatório, foi promulgada em 1964 e, em 1966, entrou em vigor o seu Regulamento.

Em janeiro de 1971, a DSM foi transferida da cidade do Rio de Janeiro (RJ) para Brasília (DF), estabelecendo-se no Quartel-General do Exército, com a incumbência de coordenar, em âmbito nacional, além do Serviço Militar, o Serviço de Identificação do Exército.

A informatização do Serviço Militar iniciou-se em 1977, com a criação do Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar – SERMIL, que revolucionou o processo de informatização das Juntas de Serviço Militar, distribuídas em todo o território brasileiro. O SERMIL constitui-se um dos maiores banco de dados corporativos das Forças Armadas. Com mais de 46 milhões de cidadãos e reservistas cadastrados, ele atende, ainda, a 198 repartições consulares em todo o mundo e a 5.328 Juntas de Serviço Militar. Também cadastra, alista, seleciona e incorpora, em média 100.000 matrículas dos mais de 15.000 atiradores dos 217 Tiros de Guerra espalhados pelo território nacional.

Em 1987, foi conferido à DSM o seu Distintivo de Unidade e, em 1988, em homenagem às suas origens nas sociedades de tiro ao alvo, foi aprovada a sua denominação histórica – Confederação do Tiro Brasileiro/1906. No mesmo



Palmas (TO) - Jramento à Bandeira e entrega de CDI.

ano, a Constituição Federal contemplou o Serviço Militar obrigatório como instrumento legítimo para mobilizar o povo brasileiro em defesa da soberania nacional e afirmar a unidade da Nação acima das divisões das classes sociais.

Em 2003, a DSM recebeu a incumbência de centralizar o alistamento militar das três Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), unificando as Comissões de Seleção, processando, selecionando e distribuindo, em média, 1.800.000 jovens que se alistam a cada ano.

No ano de 2010, a função Mobilização também passou a ser gerida pelo SERMIL, que recebeu a designação de SERMILMOB, com a função de controlar toda a reserva mobilizável do Exército. Atualmente, as quatro primeiras apresentações obrigatórias do reservista podem ser feitas *on-line* pelo EXARNET. A quinta e última apresentação deverá ser presencial, nos postos de apresentação de reservistas, designados pelas regiões militares.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) reafirmou, em 2012, a crença no Serviço Militar obrigatório como vital instrumento de defesa nacional, construção de reserva mobilizável, manutenção da inserção das Forças Armadas no seio da sociedade e instrumento de desenvolvimento nacional.

Em 2015, a DSM deu início ao inovador plano de "Alistamento *on-line*" no Estado de Sergipe, com perspectiva de, até 2018, implantar o sistema em todo o território brasileiro com o domínio www.alistamento.eb.mil.br, concomitantemente com a ativação dos Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM).

O SERVIÇO MILITAR NO BRASIL E SUA ESTRUTURA

Desde os tempos de colônia de Portugal até os dias atuais, o Serviço Militar vem evoluindo e adequando-se às necessidades da Nação. Atualmente, no âmbito do EB, cabe ao Departamento-Geral do Pessoal (DGP), por intermédio da DSM, atuar como órgão técnico-normativo, responsável por dirigir, orientar, coordenar e controlar todas as atividades relativas ao Serviço Militar e à mobilização de recursos humanos.

No âmbito das Forças Armadas, essa atribuição cabe à Chefia de Logística do Ministério da Defesa, por intermédio da Subchefia de Mobilização e Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

A organização do Sistema de Serviço Militar apresenta grande capilaridade, abrangendo 5.334 Juntas de Serviço Militar (JSM), 307 Delegacias de Serviço Militar e 27 Circunscrições de Serviço Militar (CSM), que estão subordinadas a uma das 12 Regiões Militares (RM). Há, ainda, as 197 Repartições Consulares (RC) espalhadas por diversos países no mundo.

Toda essa estrutura tem suporte em sistemas de tecnologia da informação para operacionalizar os processos. O principal deles é o Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB), que é um sistema corporativo, operado pelo Exército, e que permite o gerenciamento do Serviço Militar Inicial e da Mobilização.



A DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR

Sua missão é planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades relativas ao Serviço Militar Inicial, à Mobilização e à Identificação de Pessoal, à demissão de Oficiais de Carreira e ao controle do pessoal convocado para o Serviço Ativo Temporário.

A DSM teve sua origem em 5 de setembro de 1916, com a criação da Confederação do Tiro Brasileiro, que tinha como missão coordenar as sociedades de tiro ao alvo espalhadas pelo território brasileiro. A sua trajetória, ao longo desses 110 anos, está marcada pela prestação de relevantes serviços ao Exército, às Forças Armadas e ao Brasil, dando oportunidade para milhões de brasileiros de exercerem a cidadania plena e cumprirem as obrigações militares.

Nesse cenário de constantes e aceleradas transformações sociais e tecnológicas, a DSM revela-se de fundamental e indispensável importância para que a Força Terrestre e seus integrantes possam se ajustar ao atual processo de evolução pelo qual passa o EB. 



General de Brigada **Antonio Eudes Lima da Silva**
Atual Diretor de Serviço Militar



Seções da DSM

OLAVO BILAC

Brasileiro, Poeta e Visionário

É impossível conceber a amplitude do Serviço Militar no Brasil sem lembrar a figura de seu Patrono, o poeta parnasiano, jornalista, patriota e visionário Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac que, através das gerações, vem inspirando jovens brasileiros em seu ideal cívico de servir às Forças Armadas, como expressão mais alta dos valores de cidadania e de devoção à Pátria.

“O Serviço Militar é o triunfo completo da democracia, nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão, o laboratório da dignidade e o patriotismo.”

Olavo Bilac



inicialmente, na carreira de Medicina. Posteriormente, cursou Direito. Foi, contudo, no estudo das letras que o jovem escritor ofereceu suas maiores contribuições, destacando-se na arte do início do século XX. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, na cidade do Rio de Janeiro, ocupando a cadeira de número 15, e um dos fundadores da Liga de Defesa Nacional, em 1916.

Destacou-se, ainda, em sua carreira intelectual, por seu forte posicionamento político e por sua luta em defesa da educação como instrumento de desenvolvimento. Advogou pelo ensino obrigatório da Língua Portuguesa, pelo ensino profissionalizante e pelo civismo, como parte da formação do caráter nacional e do desenvolvimento dos brasileiros. Participou ativamente da campanha para a alfabetização e dedicou atenção especial à literatura infantil. Sua poesia marcante influenciou o estilo parnasiano no Brasil, sendo inevitável o estudo dessa escola literária sem um aprofundamento no acervo de suas obras.

Dentre suas principais obras destacam-se: “Antologia Poética”, “Contos Pátrios”, “O caçador de esmeraldas”, “Panópias”, “Via Láctea”, “Oração à Bandeira Nacional Brasileira”, “Poesias Infantis”, “Sarças de fogo” e “Vossa Insolência”. Seu soneto “A Pátria” é considerado um dos mais belos da literatura brasileira.

Conhecido como “O príncipe dos poetas brasileiros”, **Bilac** soube, como poucos, usar a poesia como instrumento de fomento e incentivo às causas sociais, à educação, ao serviço militar; e aos assuntos de interesse da vida nacional no início do século XX.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 16 de dezembro de 1865, **Olavo Bilac** era filho do senhor **Brás Martins dos Guimarães Bilac**, que servira como Major Médico na Campanha da Tríplice Aliança, e da senhora **Delfina Belmira Gomes de Paula**. Desde jovem, mostrou-se um aluno muito aplicado e, aos 15 anos de idade, ingressou,

A poesia marcante é sentida quando cantamos o Hino à Bandeira, concluído em 1889, em solenidades e festividades de exortação desse glorioso símbolo nacional. A letra nos remete a reflexões sobre a grandeza e sobre a lembrança do sentimento de amor à terra onde nascemos.

Nos anos de 1915 e 1916, **Olavo Bilac** empreendeu uma cruzada cívica, percorrendo o território nacional, incentivando a população em comícios, estimulando os brasileiros para a adoção do Serviço Militar obrigatório, inferindo que o sistema da conscrição militar era o mais adequado para o País. Como grande orador, seguiu encorajando e convencendo jovens a se alistarem com a visão de que, somente com a obrigatoriedade de alistamento para os brasileiros de sexo masculino, o Estado Brasileiro poderia contrapor-se a eventuais ameaças internas e externas. Foram tempos sombrios aqueles que antecederam à 1ª Guerra Mundial. Discórdia, intriga, cobiça e disputas norteavam a beligerância das superpotências mundiais, e a visão estratégica do poeta despertou nos brasileiros a mentalidade de defesa da pátria, de soberania nacional, de formação da reserva e de poder dissuasório da mobilização.

Fruto dessa campanha bem-sucedida, a sociedade brasileira passou a contar com o Serviço Militar para fins de defesa e como instrumento impulsionador do desenvolvimento nacional. Assim, as Constituições Federais que sucederam essa campanha recepcionaram o Serviço Militar como legítimo instrumento de Defesa Nacional e de Integração Social.

Bilac faleceu ainda moço, na cidade do Rio de

Janeiro, no dia 28 de dezembro de 1918, mas teve tempo de ver coroado o seu sacerdócio à causa do Serviço Militar, presenciando, efetivamente, o primeiro Sorteio Militar, realizado na Praça da República, no dia 10 de dezembro de 1916. Tal evento foi o embrião de um Serviço Militar inclusivo, obrigatório, democrático, republicano, que não discriminava classe, raça, nível de renda, e que a todos oferecia a honra de servir e a responsabilidade de dividir o sacrifício em prol da Nação.

A Constituição Federal de 1988 consagrou, novamente, o Serviço Militar obrigatório. Posteriormente, a Estratégia Nacional de Defesa (END) baseou sua concepção na capacidade de elasticidade e de mobilização das Forças Armadas como um dos instrumentos de expressão do poder nacional.

Em homenagem ao seu legado, o dia 16 de dezembro, data de seu nascimento, foi escolhido como o Dia do Reservista. Essa data marca o início da Semana do Exercício de Apresentação da Reserva (EXAR), quando os reservistas das Forças Armadas que prestaram o Serviço Militar nos últimos cinco anos comparecem aos Postos de Apresentação ou acessam eletronicamente o banco de dados da mobilização, no site www.exarnet.eb.mil.br, a fim de manterem em dia as obrigações previstas na Lei do Serviço Militar.

Passados mais de 150 anos do nascimento dessa memorável figura histórica, é importante refletir sobre o Serviço Militar no Brasil, que atinge marcas grandiosas de alistamentos anuais, estando presente em todos os rincões do Território Nacional e em cidades de países estrangeiros, fazendo ecoar a frase de **Bilac**; “Onde estiver um brasileiro, lá estará o Serviço Militar”. 





CENTENÁRIO DO 1º SORTEIO PARA O SERVIÇO MILITAR

Tela de autoria do Cel R/I Pedro Paulo Cantalice Estigarribia

No dia 10 de dezembro de 1916, após longa trajetória para instituir o Serviço Militar obrigatório, inaugurou-se o sistema de sorteio, comemorado com grande cerimônia no local onde hoje se encontra o Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O sorteio foi estabelecido porque não havia condições de fazer com que o Serviço Militar obrigatório fosse abrangente, a ponto de atender, anualmente, a todos os brasileiros, já que não havia instalações, provimentos e pessoal para receber um efetivo tão numeroso de soldados.

A necessidade de reforma e o aumento do efetivo ficaram explícitos na mensagem passada pelo Marechal **Deodoro** ao Congresso Constituinte de novembro de 1890, na qual reclamava sobre a necessidade de melhorias nas Forças Armadas para que pudessem “responder pela integridade do solo brasileiro”.

A Constituição de 1891 manteve o Serviço Militar obrigatório e caracterizou as Forças Armadas como instituições nacionais e permanentes. Contudo, seriam necessárias mudanças estruturais no Brasil e nas Forças Armadas para colocá-las nas condições preconizadas pela Constituição.

O desempenho na Revolução Federalista e na Campanha de Canudos evidenciou as deficiências operacionais do Exército, em virtude da carência de efetivo e de logística. A sociedade começou a se dar conta da situação geral das Forças Armadas, tomando como referência as inovações técnicas e a estrutura dos exércitos de outros países, sendo criada uma consciência de civismo.

O surgimento da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro, das Sociedades Nacionais de Tiros e da Confederação do Tiro Brasileiro, embrião da atual Diretoria de Serviço Militar, contribuiu para disseminar o conceito de defesa com uma reserva de cidadãos.

Impulsionado pelas necessidades sentidas desde o final do século XIX, o Marechal **Hermes da Fonseca**,

quando Ministro da Guerra, implantou várias medidas para reorganizar o Exército, sendo uma delas o intercâmbio que possibilitou a oficiais brasileiros um estágio no exército alemão. Esses militares, de volta ao Brasil, passaram os conhecimentos adquiridos para outros oficiais brasileiros e criaram, em 1913, a revista “A Defesa Nacional”, na qual escreviam sobre assuntos militares e faziam propaganda do Serviço Militar obrigatório.

Outra medida muito importante foi a Lei da Obrigatoriedade do Serviço Militar de 1908, que abolia o soldado profissional e previa a convocação dos futuros reservistas por meio de sorteio.

A sociedade civil, representada pela Confederação do Tiro Brasileiro, formou um polo difusor da propaganda do serviço militar e da necessidade de modernização do Exército, aliada à pregação de jovens oficiais atuantes por meio da Liga da Defesa Nacional, que teve como principal expoente o poeta **Olavo Bilac**.

Toda essa conjuntura favorecia a implantação do sorteio do Serviço Militar obrigatório, mas foi a 1ª Guerra Mundial que, pela sua natureza histórica, colocou as Forças Armadas no centro das atenções, trazendo novos elementos para a luta em favor de um conjunto de reformas. Há 100 anos, foram essas as condições que favoreceram a estruturação e a regulamentação do Serviço Militar por Sorteio em.



Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM) e Alistamento *On-Line*: Uma nova estrutura para o Serviço Militar

Imperatriz (MA) - Estágio de Capacitação sobre o novo Sistema de Alistamento Militar

Os desafios do século XXI requerem a adoção de soluções mais eficientes e eficazes nos processos e nos produtos de uma instituição. No âmbito do Serviço Militar, o Exército Brasileiro criou os Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM), uma nova estrutura voltada para as atividades de recrutamento dos jovens brasileiros e para a mobilização militar dos reservistas de sua área de responsabilidade. Os PRM estão estruturados na rede mundial de computadores, trazendo consideráveis benefícios para o cidadão brasileiro e, mais especificamente, para a Força Terrestre.

RACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR

Por mais de 110 anos, a estrutura dos Órgãos de Serviço Militar (OSM) atendeu perfeitamente às necessidades do recrutamento e da mobilização da Força Terrestre e prestou um papel de vital importância na vida nacional. No entanto, a busca por aprimoramento constante exigiu uma nova concepção para o Serviço Militar.

Por isso, surgem os Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM), como OSM, totalmente voltados para o recrutamento dos jovens brasileiros convocados, anualmente, à prestação do Serviço Militar nas Forças Armadas, congregando, ainda, todas as atividades de mobilização militar dos reservistas de sua área de responsabilidade.





Três Corações (MG) - 13ª CSM realiza Simpósio sobre implantação de PRM para Delegados de Serviço Militar

Essa nova estrutura recebe o apoio direto de Organizações Militares Operacionais da Ativa (OMA) e conta com a experiência dos Delegados de Serviço Militar e Oficiais Mobilizadores selecionados pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP). Ao mesmo tempo, os PRM possibilitam o alistamento *on-line*, feito pelo próprio cidadão, por intermédio da rede mundial de computadores, tornando o processo mais rápido, econômico e confortável.

O eixo estruturante do Projeto está fundamentado na racionalização do efetivo, utilizando tecnologia, informática e comunicações para fornecer sustentação ao trâmite de informações do cidadão. Dessa maneira, a pessoa poderá alistar-se; atualizar seus dados; solicitar certificados e verificar a sua situação militar; tudo isso pela internet, de sua casa, de dispositivos móveis, dos postos de atendimento ao cidadão nos diversos municípios brasileiros, das Repartições Consulares (RC) e das Juntas de Serviço Militar (JSM).

Cada PRM ficará junto à OM existente na guarnição, com a Seção Mobilizadora inclusa na sua constituição. Assim, será o responsável por centralizar as atividades de recrutamento e mobilização, que atendam ao cidadão em suas necessidades, além de aproximar os OSM de controle e fiscalização do cidadão e das JSM do interior do País.

A existência de 5.378 JSM no Brasil, sendo somente 45 sem internet e seis com acesso por meio de *lan house*,

permite dizer que o percentual de acesso é de 99%, não prejudicando substancialmente os cidadãos, pois os municípios em tela são considerados não tributários. Municípios não tributários (MNT) são aqueles que o cidadão não necessita se apresentar em nenhuma OM para servir; enquanto município tributário (MT) é aquele em que há necessidade de o cidadão se apresentar em uma OM para concorrer a servir, conforme o Regulamento da Lei do Serviço Militar/1966.

Assim, a interiorização dos OSM buscou a aproximação entre o controle e a fiscalização do serviço militar e da mobilização, retirando as Circunscrições de Serviço Militar (CSM) da faixa litorânea para os PRM no interior do País.

A criação dos PRM está calcada na premissa de que um Delegado de Serviço Militar gerencia o recrutamento de até 25.000 alistados por ano, sem maiores problemas para assinatura e controle de processos, com margem de segurança. Esse índice foi elaborado, nos últimos anos, tendo como referência a Delegacia Especial de Serviço Militar, em Brasília (DF), onde a quantidade de alistados por ano é de aproximadamente 33.000 e a incorporação de aproximadamente 4300 cidadãos.

A diminuição das distâncias máximas de apoio entre os PRM e as JSM facilitará a realização das Visitas de Orientação Técnica (VOT), que poderão ser executadas com a utilização de viaturas, dentro de um calendário de atividades e com previsão de gastos.



Vantagens da implantação dos PRM nas OM:

- apoios logístico e administrativo serão prestados pela OM apoiadora;
- redução de gastos com a atividade-meio que era conduzida pelas CSM;
- manutenção do apoio à atividade-fim, sem onerar as OM apoiadoras;
- economia nos recursos para manter uma CSM, já que são os mesmos gastos em uma OM que já existe, com uma seção a mais, e não uma estrutura de outra OM; e
- economia de recursos para manter o pessoal envolvido na atividade-meio da CSM.



Apucarana (PR) - O PRM do 30º Batalhão de Infantaria Mecanizado capacita Secretários de JSM

Até o presente momento, convém salientar que as cidades identificadas como sede de PRM possuem melhores condições de atendimento de saúde, educação, transporte e habitação do que as cidades que tiveram suas delegacias desativadas.

A implantação desse Projeto tem por base a redução de efetivos das CSM. As seções que realizam a atividade-fim, a de Mobilização de Pessoal (cadastro e controle) e de Recrutamento (Serviço Militar), compõem o núcleo base dos PRM. As demais atividades administrativas e de pessoal ficam a cargo da OM que apoiaria o PRM na vida vegetativa. E, com a supressão das CSM, as suas atribuições de controle normativo e técnico sobre as delegacias passarão a ser desempenhadas pelas Seções de Serviço Militar Regional (SSMR).

Dessa forma, os procedimentos do PRM e do Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB) atenderiam aos cidadãos no alistamento e aos que se encontram em diversas regiões do País e do mundo, como os Brasileiros Residentes no Exterior (BRE). Com as mudanças previstas, será possível a redução de gastos em certificados, formulários, taxas, multas e logística de transporte, pois será viável a impressão de documentos direto do SERMILMOB.

Por ocasião do recrutamento militar, no alistamento, o cidadão deverá preencher seus dados, com o telefone celular, o e-mail, o CPF e outros já cobrados hoje em dia, bem como disponibilizar a sua fotografia no SERMILMOB. Por intermédio do Serviço de Mensagens Curtas (SMS), receberá informações sobre seu período de retorno para providenciar Certificado de Isenção (CI) ou Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), ou sobre a data de apresentação na Comissão de Seleção (CS), evitando deslocamentos e economizando tempo e dinheiro com transporte.

Com esse procedimento, o Exército Brasileiro (EB) viabilizará a implantação das Comissões de Seleção Permanente das Forças Armadas (CSPFA). Tudo começa



Salvador (BA) - Comissão de Seleção Permanente das Forças Armadas

com o alistamento *on-line* e o preenchimento da ficha de anamnêsia. A partir daí, serão identificados e dispensados os cidadãos que não podem servir, após comprovação pela JSM. Aquele que obtiver êxito no alistamento, sem problemas de saúde, receberá uma mensagem digital com a sua data de apresentação na CSPFA, reduzindo o emprego de efetivos de várias OM e o retorno do cidadão, em várias ocasiões, às JSM.

Outra inovação facilitadora foi o registro do CPF no alistamento, possibilitando a confirmação de dados com a Receita Federal, por meio do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), validando os dados do cidadão alistado e permitindo que os demais interessados requeiram outros documentos do Serviço Militar. Será possível, ainda, a identificação da fonte pagadora nas instituições financeiras de arrecadação de taxas e multas, por meio da vinculação do CPF com essas instituições, evitando a confecção de mapas estatísticos pelas JSM e sua audição nos PRM.

Outra providência que estará à disposição do SERMILMOB, para trazer facilidades ao cidadão, será a vinculação de seus dados para comprovação do endereço por meio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Assim, os dados inseridos no sistema serão fidedignos e atualizados pelo menos a cada dois anos em todo o Brasil, independente da iniciativa individual para a atualização do endereço.

Será possível, ainda, a disponibilização de assinatura de certificados a distância, feitos da DSM para os BRE das Repartições Consulares (RC) e dos PRM aos secretários das JSM no Brasil, desburocratizando, aumentando a celeridade dos processos de Serviço Militar e diminuindo gastos com o pessoal envolvido nessa atividade.

Em 2015, a DSM iniciou a modernização no SERMIL ao implementar novas soluções de TI, a fim de tornar a manutenção do sistema e do atendimento ao cidadão cada vez mais adequada à realidade da sociedade. Sendo assim, a capacitação torna-se imprescindível ao desenvolvimento do projeto até à sua conclusão, prevista para o final de 2018.

A divulgação, a propaganda e o *marketing* do alistamento *on-line* foram feitos em televisão, jornais, revistas, rádios e cartazes. Essa variedade de meios de comunicação com o público-alvo facilitou o entendimento de “como fazer o alistamento” por parte dos cidadãos. Contudo, uma parcela da sociedade ainda acredita que, somente indo à JSM, o filho ou o conhecido irá resolver a questão do alistamento, pois é descrente em relação às facilidades oferecidas pelos meios de tecnologia da informação. Por isso, a mudança cultural faz parte dos desafios do Projeto.



Coxim (MS) - 47º Batalhão de Infantaria realiza a seleção geral de conscritos.

A implantação, em todo o Brasil, da estrutura dos PRM e do alistamento *on-line* foi planejada da seguinte maneira:

Comando Militar de Área	RM	2016	2017	2018	Nr de PRM
Planalto	11 ^a		X		4
Oeste	9 ^a	X			6
Norte	8 ^a	X			5
Amazônia	12 ^a			X	7
Nordeste	7 ^a		X		5
	10 ^a		X		3
	6 ^a	X			5
Leste	1 ^a			X	4
	4 ^a		X		4
Sudeste	2 ^a			X	5
Sul	3 ^a		X		5
	5 ^a	X			7
Total					60

ECONOMIA E CONFORTO

Devido ao sucesso do projeto piloto que criou o PRM na cidade de Aracajú (SE), as atividades de Serviço Militar e Mobilização foram desenvolvidas com processos entregues em menor tempo e com redução dos efetivos envolvidos. Isso foi possível graças à nova arquitetura organizacional desse OSM, considerando que as Delegacias de Serviço Militar e as CSM deixaram de fazer parte do processo e foram unificadas no PRM.

A unificação de OSM, com a criação dos PRM, trouxe economia para os cofres públicos na ordem de 78%, em média, especialmente quanto ao pagamento de pessoal. Na 19^a CSM, a racionalização de pessoal foi de 72 para nove militares empregados.

A construção de *Web Services* facilitou a integração de dados entre instituições distintas, como a Polícia Federal, o SERPRO, o Tribunal Superior Eleitoral, a Receita Federal e o Ministério das Relações Exteriores, antes separados. Os dados ficarão atualizados e as respostas aos sistemas que necessitam das informações evitarão os deslocamentos desnecessários do cidadão, a fim de regularizar a sua situação.

Além disso, ocorreu economia na emissão de Certificados de Alistamento Militar (CAM), pois essa ação foi realizada via internet, sem a impressão nas JSM, onde se utilizava, anteriormente, os impressos lícitados pela DSM.

A criação de módulos para composição de pessoal possibilitou a padronização dos PRM, viabilizando a sua disseminação para outros Estados da Federação e colaborando para a efetividade das ações dentro do EB.

Já os trabalhos de propaganda, divulgação e *marketing* serviram para confirmar a necessidade de intensificar esforços nessas áreas, promovendo, dessa forma, a mudança cultural arraigada há mais de 100 anos. Para exemplificar, podemos citar os pais que levam seus filhos para confirmar se a data da apresentação é a mesma que o sistema disponibilizava na internet.



Belém (PA) - A implantação do PRM eliminará as filas na JSM

ALISTAMENTO ON-LINE

Em várias localidades brasileiras, o problema de filas para o alistamento militar era recorrente e variava com a estrutura das Prefeituras Municipais. Com a implantação do alistamento *on-line*, esse transtorno foi eliminado ou sofreu sensível melhora nos níveis de atendimento ao cidadão. O DGP, por intermédio da DSM, avaliou os primeiros resultados práticos e parciais em nove Estados da Federação, concluindo que:

- os números revelaram-se amplamente positivos, mostrando a tendência pela racionalização e oferecendo mais conforto ao cidadão, com economia de recursos;
- o surgimento dos PRM e a disponibilização do alistamento *on-line*, no ano de 2016, implantados na 5ª, 6ª, 8ª e 9ª Regiões Militares, criaram uma nova mentalidade em relação à prestação do serviço; e
- um número expressivo de alistamentos foi realizado pela internet, erradicando as indesejáveis filas nas JSM, em Belém (PA).



Primeiro alistamento on-line

No dia 5 de janeiro deste ano, o jovem **Edeclemerson Pantoja Chaves** deu um belo exemplo de cidadania e de atenção às novidades e facilidades que a internet oferece ao cidadão. Ao saber da disponibilidade do serviço pela internet, ele foi o primeiro a efetivar o alistamento *on-line* no Brasil.

O motivo dessa pronta resposta ao chamamento cívico foi a divulgação realizada na cidade de Breves (PA), localizada no sudoeste da Ilha de Marajó, onde atua a Junta de Serviço Militar 019, subordinada ao PRM de Marabá (PA). No caso específico de **Edeclemerson**, a internet contribuiu para o exercício da cidadania e



proporcionou conforto ao cidadão, que recebeu um protocolo eletrônico de atendimento e não precisou comparecer à JSM de Breves. O próprio portal do alistamento irá informá-lo sobre as próximas fases do processo seletivo pelo site, no endereço **www.alistamento.eb.mil.br**.

Essa nova forma de atendimento, além de oferecer maior comodidade, permite que as entrevistas ocorram em um ambiente adequado, para melhor se conhecer o perfil do candidato ao Serviço Militar.

COMISSÃO DE SELEÇÃO PERMANENTE DAS FORÇAS ARMADAS (CSPFA)

O Sistema do Alistamento *On-line* também disponibiliza ao entrevistador uma série de informações prévias que agilizam o atendimento no ambiente do SERMIL. Para auxiliar a divulgação do alistamento *on-line*, o Portal SERMILMOB passou a ter um novo domínio: **www.alistamento.eb.mil.br**.

A racionalização e a modernização do Serviço Militar, por meio da criação de uma nova estrutura de OSM, da ativação dos PRM, da introdução da modalidade de alistamento *on-line*, concretizada em Aracajú (SE) e em andamento nos Estados de Amapá, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Paraná, Pará, Santa Catarina, no ano de 2016, viabilizaram a ampliação gradual dos trabalhos a serem feitos nos demais Estados do País e, até mesmo, nas Repartições Consulares, onde se encontram brasileiros que necessitam da atualização de seus dados e demandam maior celeridade e eficiência em seu atendimento.

Em 2017, está prevista a disponibilização do serviço de alistamento *on-line* para os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Distrito Federal, Ceará, Pernambuco, Alagoas e, em 2018, para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Roraima e Rondônia. 🇨🇪

ESCOLA DE INSTRUÇÃO MILITAR

Estudar e Servir



As Escolas de Instrução Militar (EsIM) são Órgãos de Formação da Reserva (OFR) que possibilitam conciliar a prestação do Serviço Militar por alunos voluntários do ensino médio, inclusive técnico-profissional, e da educação superior com o estudo formal do aluno.





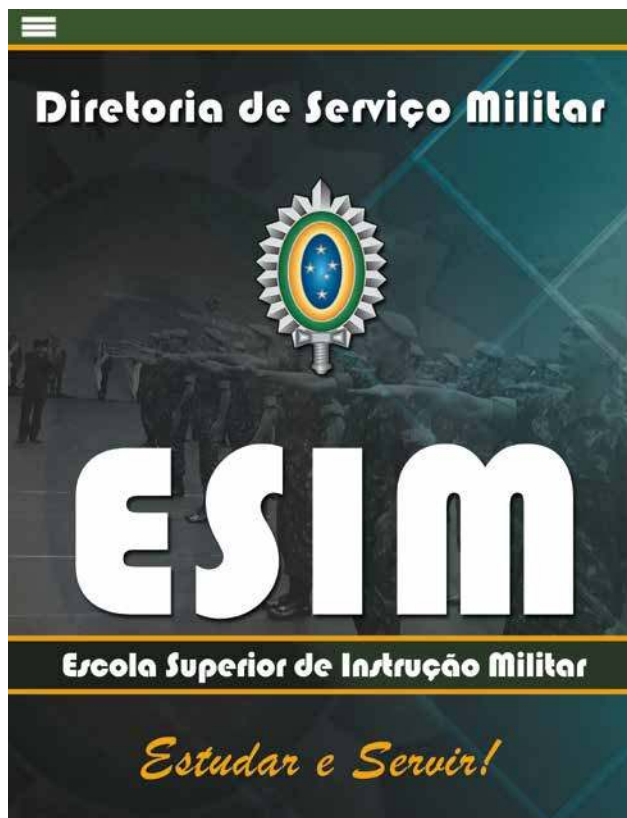
Porto Alegre (RS) - Formatura de encerramento da EsIM do Colégio Farroupilha

A EsIM está diretamente subordinada à RM, que tem a missão de orientar e fiscalizar os seus trabalhos. Desde 1997, foram criadas 13 escolas, nas diversas RM, com o objetivo de atender aos jovens que completavam 18 anos e cursavam, na época, o ensino médio. Com o passar dos anos, algumas tiveram suas atividades suspensas, por falta de alunos voluntários que preenchessem os requisitos necessários, principalmente a idade mínima para o Serviço Militar.

Atualmente, existem, no País, quatro EsIM funcionando em escolas de ensino médio, quais sejam: Colégio Farroupilha, em Porto Alegre (RS); Centro Educacional La Salle, em Manaus (AM); Fundação Bradesco, em Osasco (SP); e Instituto Batista de Roraima, em Boa Vista (RR), este último com sua primeira turma de instrução iniciada no corrente ano.

Em funcionamento há quase 20 anos, já formaram mais de 2000 reservistas de 2ª categoria em todo o território nacional, proporcionando diversos benefícios ao jovem estudante e despertando a vocação para a carreira militar, haja vista os vários casos de alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), oriundos da EsIM.

PROJETO ESCOLA DE INSTRUÇÃO MILITAR EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR



Apesar do sucesso incontestável da EsIM, principalmente em grandes centros do País, o jovem, ao completar 18 anos, já se encontra cursando o ensino superior, sendo uma pequena minoria aproveitada pelos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) ou pelos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), e o restante é dispensado do Serviço Militar.

O Projeto, implantado em 2016, pelo Departamento-Geral do Pessoal, por intermédio da Diretoria de Serviço Militar, buscou criar uma escola de instrução militar, dentro do próprio estabelecimento de ensino, que proporcionasse ao universitário e futuro formador de opinião, em idade de alistamento, a prestação do serviço militar obrigatório, sem prejuízo de seus estudos.

Em julho deste ano, foi assinado um acordo de cooperação entre o Exército e o Centro Universitário Projeção, criando a primeira Escola Superior de Instrução Militar do País. Depois de firmada a parceria, diversas palestras foram ministradas, a fim de divulgar o Projeto e de levantar o efetivo de voluntários entre os universitários.

O Projeto Escola Superior de Instrução Militar tem como principais objetivos:

- possibilitar a prestação do Serviço Militar inicial sem prejuízo dos estudos;
- divulgar, no meio universitário, as atividades da Força Terrestre, sua organização, sua finalidade, seus objetivos e suas realizações, atingindo camadas da sociedade anteriormente pouco contempladas;

- tornar as EsIM polos de difusão da ética, do civismo e do patriotismo;

- aumentar o número de reservistas de 2ª categoria aptos a desempenharem tarefas limitadas nos quadros de Defesa Territorial e Civil, de Segurança Integrada, e em Ações Comunitárias e Subsidiárias;

- levantar subsídios para a implantação do Projeto nas demais Regiões Militares; e

- despertar a vocação militar nos jovens universitários e estimular voluntários à matrícula nos NPOR/CPOR, bem como ao serviço como Oficiais Técnicos Temporários (OTT).

- Há, ainda, outros benefícios a serem citados a partir da criação da EsIM:

- após a prestação do Serviço Militar Obrigatório, o cidadão terá direito à seleção diferenciada para ingresso como militar temporário;

- contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria;

- o Estabelecimento de Ensino oferecerá ao seu aluno a oportunidade de prestação do Serviço Militar Obrigatório como mais uma cadeira de ensino, além de se fortalecer como polo de difusão da ética, do civismo e do patriotismo;

- a escola de nível superior terá sua imagem associada à instituição, considerada pela nossa sociedade, de maior prestígio e confiabilidade;

- o Comando do Exército terá aumento de efetivo e de qualidade na formação de reservistas de 2ª categoria; e

- a Região Militar terá melhor aproveitamento de seus alistados com nível superior e aumento do controle do banco de talentos de reservistas para fins de mobilização.

OUTRAS OBSERVAÇÕES

Cerca de dois milhões de jovens se alistam anualmente e, dentre esses, em torno de 100 mil incorporam às Forças Armadas. Nesse contexto, verifica-se que 95% dos alistados são dispensados da prestação do Serviço Militar inicial. Esses cidadãos não prestam o serviço militar e compõem um universo de jovens, universitários ou não, que jamais voltará a ter contato com as Forças Armadas.

Em 2016, por se tratar de um projeto piloto, limitou-se a um estabelecimento de ensino superior, com apenas uma turma de instrução de, no máximo, 50 alunos.

Para 2017, há a possibilidade de expansão desse Projeto para mais turmas da mesma escola, bem como para outras universidades do Distrito Federal, conforme interesse já demonstrado pelas partes envolvidas, inserindo a Força Terrestre, cada vez mais, em diferentes setores da sociedade.

Como visão de futuro, o Projeto Escola Superior de Instrução Militar deverá ser analisado pelas demais Regiões Militares, a fim de que, a partir de 2018, seja implementado em cidades consideradas grandes centros universitários, obtendo, dessa forma, melhor aproveitamento dos alistados com nível superior e todos os benefícios acima elencados.

A MOBILIZAÇÃO COMO PODER DISSUASÓRIO

No século XXI, com todas as suas incertezas e com a celeridade das transformações em curso, conceitos como guerra assimétrica, novas ameaças e terrorismo povoam a maioria dos estudos sobre Defesa. Nesse sentido, cresce de importância para a Nação brasileira a mobilização dos seus recursos materiais e humanos para a defesa de sua integridade territorial, de seus recursos naturais e para o atendimento a calamidades públicas e catástrofes naturais.



Corumbá (MS) - Reservista participa do EXAR via internet na 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira



A mobilização de pessoal para a FEB trouxe problemas que se tornaram ensinamentos para o futuro.

A Mobilização Nacional é um conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, para capacitar o País a realizar ações estratégicas no campo da Defesa Nacional.

Na Estratégia Nacional de Defesa (END), consta que o Exército Brasileiro (EB) cumprirá sua destinação constitucional e desempenhará suas atribuições, na paz e na guerra, sob a orientação dos conceitos estratégicos de flexibilidade e de elasticidade, sendo essa última a capacidade de aumentar rapidamente o dimensionamento das forças militares quando as circunstâncias exigirem, mobilizando, em grande escala, os recursos humanos e materiais do País.

Sendo assim, cabe ao Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), composto por diversos órgãos e ministérios, e tendo o Ministério da Defesa como órgão central, atuar ordenada e integradamente no planejamento e na execução da mobilização e da desmobilização nacionais.

A mobilização e a desmobilização militares, como partes integrantes da mobilização nacional, são desenvolvidas desde a situação de normalidade até à iminência ou à efetivação de uma Hipótese de Emprego (HE) ou de situações de crise (catástrofes, desastres

naturais etc.) e posterior retorno à normalidade.

O Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL) é empregado com a finalidade de coordenar e integrar as três Forças Singulares, cada qual com seu subsistema: Sistema de Mobilização Marítima (SIMOMAR), Sistema de Mobilização do Exército (SIMOBE) e Sistema de Mobilização Aeroespacial (SISMAERO).

O SIMOBE, integrado ao SISMOMIL, tem o Estado-Maior do Exército (EME) como órgão orientador, supervisor, coordenador e controlador, no nível de direção-geral; e o Departamento-Geral do Pessoal (DGP) como órgão central, com a competência de gestão das atividades de mobilização e de desmobilização dos recursos humanos.

A Diretoria de Serviço Militar (DSM), subordinada ao DGP, é a responsável pela orientação e pelo acompanhamento das atividades relativas à mobilização de pessoal, atualizando toda legislação relativa ao assunto, bem como mantendo o controle do banco de dados dos militares da reserva.

A cada dois anos, a DSM conduz um *Workshop* de Mobilização de Recursos Humanos nas dependências do Quartel-General do Exército, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento técnico-doutrinário das atividades de Mobilização de Recursos Humanos,

alinhado à nova Doutrina de Mobilização Militar e à END. Participam das atividades oficiais mobilizadores das 12 regiões militares e das principais guarnições de todos os Comandos Militares de Área, totalizando mais de 50 militares.

São abordadas, também, as experiências e lições adquiridas em exercícios de mobilização da reserva, além da capacitação de operadores no Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização de Recursos Humanos (SERMILMOB).

O SERMIL

A Mobilização de Recursos Humanos é apoiada no módulo de mobilização do Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar (SERMIL), o qual compartilha informações com outros sistemas corporativos existentes no EB.

Atualmente, o SERMIL tem a sua plataforma apoiada na internet, por meio do portal **www.sermilweb.eb.mil.br**, sendo alimentado e operado em todo o território nacional por todas as organizações militares (OM), Juntas de Serviço Militar (JSM) e pelos mais de 190 consulados distribuídos em todo o planeta, totalizando mais de 11.000 operadores.

O banco de dados do SERMIL é composto por todos os cidadãos que se alistaram a partir de 1978, pelos militares da ativa e da reserva do Exército, e pelos militares das Forças Auxiliares, totalizando mais de 46 milhões de pessoas.

Por intermédio desse sistema, são realizados, também, o controle e o acompanhamento dos militares que se afastam do serviço ativo e passam a compor o efetivo da reserva mobilizável do País. Dessa forma, caso a situação exija, utiliza-se o SERMIL para localizar os militares da reserva, para levantar as necessidades de cada OM e, por fim, para realizar a convocação do efetivo necessário.

O SERMIL trouxe, ainda, benefícios imensuráveis ao sistema de mobilização, pois, além de facilitar a convocação dos integrantes da reserva, eliminou a necessidade do envio de relatórios de situação da reserva, os quais estão disponíveis *on line*. Além disso, eliminou a necessidade de confeccionar fichas de mobilização, que ocupavam enormes espaços físicos nas diversas OM e seções mobilizadoras.

EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO

Diversos exercícios de mobilização de recursos humanos, planejados pelo EME e coordenados pelo DGP e pelo COTER, são realizados, anualmente, visando à atualização doutrinária sobre o assunto e ao adestramento do mecanismo de convocação e de atualização dos dados dos reservistas. Entre eles, destacam-se o Exercício de Adestramento

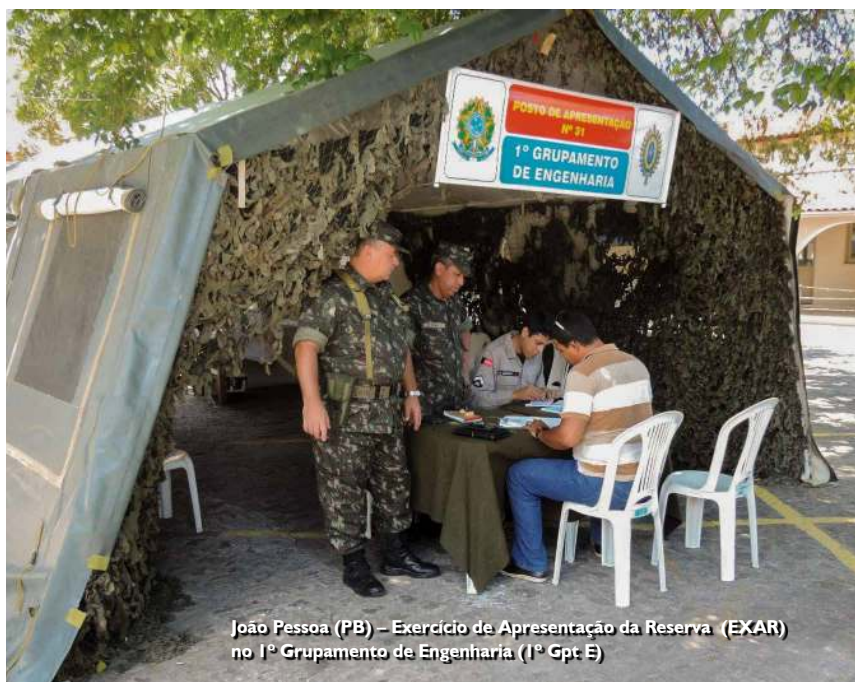
da Reserva Mobilizável de OM Operacional e o Exercício de Apresentação da Reserva (EXAR).

No Exercício de Adestramento da Reserva Mobilizável de OM Operacional é realizada a mobilização de uma subunidade, além do preenchimento de seus claros, possibilitando a participação em um exercício no terreno, com todo o seu efetivo e subordinado a uma Grande Unidade.

O EXAR é uma atividade prevista na Lei de Serviço Militar e no Estatuto dos Militares, no qual todos os militares, de carreira ou temporários, afastados do serviço ativo nos últimos cinco anos, devem apresentar-se em sua OM de vinculação para a atualização de seus dados cadastrais. Caso prefiram, essa apresentação pode ser feita via internet no site **www.exarnet.eb.mil.br** (EXARNET).

É importante destacar que o comparecimento anual dos militares de carreira, que passaram para a reserva remunerada, nas Seções de Inativos e Pensionistas (SIP/RM) ou Órgãos Pagadores (OP/OM), será considerado para fins de apresentação do EXAR, liberando o militar de sua participação no período do exercício.

Assim sendo, e tendo como base os acontecimentos recentes em diversos países, observa-se que cresce de importância para a Nação brasileira a elevação da sua capacidade de mobilizar seus recursos humanos para enfrentar contingências de amplo espectro. O DGP, por intermédio da DSM, tem trabalhado nesse sentido, trazendo significativa contribuição para o SIMOBE e consequente aumento do poder dissuasório do País e apoio à mitigação de contingências, à medida que possibilita uma rápida e eficiente mobilização de recursos humanos, que pode ser desencadeada a qualquer momento. 



João Pessoa (PB) – Exercício de Apresentação da Reserva (EXAR) no 1º Grupamento de Engenharia (1º Gpt E)



TIRO DE GUERRA:

Escola de Civismo e Cidadania

O Tiro de Guerra (TG) é uma parceria bem-sucedida entre o Exército Brasileiro (EB) e a sociedade brasileira, representada pelo poder público municipal e pelos milhares de cidadãos brasileiros que, anualmente, são matriculados nesses órgãos de formação da reserva. Essa união perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e na formação do povo brasileiro há mais de 116 anos. Tem fundamento na Lei de Serviço Militar e em seu Regulamento, com profundas ramificações na sociedade. Ao serem matriculados, esses jovens são chamados “Atiradores”, designação emblemática e histórica, oriunda das primeiras sociedades de Tiro ao Alvo do Brasil, que



foram embrionárias dos atuais TG. De forma criativa, inteligente e econômica, os TG permitem proporcionar a milhares de jovens brasileiros, principalmente os que residem em cidades do interior do País, a oportunidade de prestarem o Serviço Militar Inicial, conciliando com sua vida cotidiana, como trabalho, estudo e convívio familiar. Essa experiência, vantajosa para todos os envolvidos (Exército, Poder Executivo Municipal e Cidadão), tem se mostrado, ao longo das décadas, um instrumento de educação e de civilidade nos mais distantes rincões do território nacional. Por esse motivo, os TG passaram a ser conhecidos pela sociedade brasileira como “Escola de Civismo e de Cidadania”.

ORIGEM DOS TIROS DE GUERRA NO BRASIL

A origem dos Tiros de Guerra remonta ao final do século XIX, quando se buscou o fomento de Linhas de Tiro (Linha de Tiro Nacional), com a finalidade de treinamento das tropas da capital, à época, Rio de Janeiro.

Essas linhas de tiro tinham a dupla finalidade de treinar, tanto civis matriculados como militares. Com a necessidade da construção de mais Linhas de Tiro no País, surgiu a Linha de Tiro Federal, com o mesmo fim, parcialmente custeada pelos recursos de seus sócios.

Em 1902, na cidade do Rio Grande (RS), foi fundada uma Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro, com o objetivo de ministrar os fundamentos do tiro, com a mentalidade de formação da reserva e de defesa da Pátria.

Em 1906, foi criada a Confederação do Tiro Brasileiro, embrião da Diretoria de Serviço Militar (DSM), que incentivou a criação de outras Sociedades em várias regiões do País. A Confederação arcava com parte dos custos das Sociedades de Tiro, enquanto seus associados colaboravam com a sua manutenção e tinham o benefício de prestarem apenas metade do tempo do Serviço Militar obrigatório. Tal parceria mostrou-se muito proveitosa para o Exército, que passava a contar com efetivos de reserva na hipótese de emergência de um conflito.

Em 1917, surgiu a Diretoria-Geral do Tiro de Guerra (DGTG), chefiada por um Coronel da ativa do Exército. Com a militarização da Confederação,

seus integrantes passaram a comprar seus uniformes (fardas) e a pagar uma mensalidade. No ano de 1920, a DGTG ficou subordinada ao Estado-Maior do Exército e, como principal modificação, as Sociedades de Tiro de Guerra passaram a admitir sócios gratuitamente, visando ao acesso das classes menos favorecidas e popularizando a mentalidade de formação da reserva. Em 1935, a DGTG é substituída pela Diretoria de Serviço Militar e da Reserva.

Com a nova Lei de Serviço Militar (LSM) de 1939, os TG poderiam incorporar civis que não haviam sido designados para Organizações Militares da Ativa (OMA), desde que tivessem condições para arcar com os custos. Após cumprirem o Serviço Militar obrigatório, seriam considerados reservistas de 2ª categoria.

Em 1945, ano final da Segunda Guerra Mundial, a regulamentação dos TG sofreu profundas modificações e adaptações: extinção de Sociedades de Tiro nas cidades que já possuíam quartéis, renumeração dos TG, que passaram a ser considerados Órgãos de Formação da Reserva (OFR); efetivo mínimo de convocados, desde que tivessem condições financeiras para comprar seu fardamento; nível de escolaridade como condição fundamental para matrícula e a duração de nove meses, com 12 horas semanais de instrução.

Em 1964, outra grande modificação ocorreu nos TG, com a extinção do quadro de sócios. Com a aplicação do princípio da universalidade do Serviço Militar, os atiradores passaram a ser selecionados e matriculados entre os jovens que se alistavam naquelas



Sorocaba (SP) - Primeira turma de atiradores.

localidades, sem custos ao aluno/atirador.

Com o passar dos anos, vários municípios interessaram-se por possuir um TG, evitando que seus jovens prestassem o Serviço Militar em quartéis distantes da localidade em que residiam. Essa nova modalidade proporcionou a formação de líderes comunitários voltados para problemas locais, com ênfase em ações cívico-sociais e mentalidade de formação da reserva para o Exército.

Atualmente, o Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM) e o Programa Padrão de Instrução para os TG conservam algumas características que estão presentes desde o início de sua evolução, como a formação cidadã e cívica, o princípio da universalidade, a prioridade na instrução de Armamento, Munição e Tiro e a realização de Ações Comunitárias e de Auxílio à Defesa Civil.

PARCERIA DE SUCESSO

Do ponto de vista do poder público, essa parceria permite aos municípios oferecer aos seus cidadãos uma oportunidade de conhecer a Força Terrestre, por meio da matrícula no TG, complementando a sua formação moral, cívica e militar. Dispensa, também, o jovem cidadão de deslocar-se para outros municípios, considerando que aqueles onde não há TG são classificados como municípios tributários de contingentes para as Organizações Militares da Ativa (OMA), conforme preconizado na LSM e seu RLSM.

É comum, nos quadros do EB, a continuidade na carreira militar por atiradores que, após o cumprimento do Serviço Militar inicial, ingressam, por concurso público, nas diferentes escolas de formação de oficiais ou de sargentos, como consequência da vocação despertada no TG.

Nos TG, o contato direto com instrutores dos melhores quadros do EB e a variedade de assuntos disponíveis no programa padrão básico de assuntos militares são subsídios para a formação moral dos matriculados, configurando um poderoso instrumento de formação e de desenvolvimento do caráter do jovem cidadão.

Outra grande vantagem dos municípios que possuem sede de TG é a possibilidade de poderem contar com um eventual apoio, mediante autorização do Exército, nos casos de calamidades públicas, catástrofes e outras perturbações que justifiquem o emprego de tropas federais na região.

Um dos objetivos do TG é a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres na sociedade em que estão inseridos, tornando-se verdadeiros elementos modificadores das duras condições das regiões em que residem. O TG consiste, portanto, em



Campo Largo (PR) – Seleção Geral de Conscrições no TG 05-020.

centro de formação das futuras lideranças comunitárias e municipais.

São incontáveis as manifestações de carinho e consideração do cidadão para com o EB, que soube, ao longo do tempo, prestar relevantes serviços às comunidades, angariando o respeito e a confiança dos jovens atiradores e traduzindo essa relação como interlocutora entre o “povo em armas” e as famílias. Essa relação é refletida, constantemente, nas pesquisas de opinião pública, que revelam o EB como uma das instituições nacionais em que sua população mais confia.

O atirador, como resultado de sua dedicação ao serviço, poderá ser agraciado com o diploma “Ao Mérito”, por haver revelado, durante sua vida militar, modelar comportamento na instrução e no serviço. Essa homenagem, prevista na LSM, torna o homenageado um elemento muito desejado pelo mercado de trabalho.

A fraternidade, a camaradagem, a prática de esportes, a valorização do treinamento físico e a manutenção da higidez e da saúde para o seu cotidiano são alguns dos valores adquiridos e que dificilmente deixarão de acompanhar o reservista em sua vida profissional e familiar.

Finalmente, do ponto de vista da Força Terrestre, a formação da reserva de 2ª classe, representada pelos atiradores que concluem com aproveitamento o TG, torna-se um valioso instrumento de constituição da reserva. Em uma análise mais ampla, nos casos de decretação da mobilização nacional, poderá representar um fator adicional no poder dissuasório, que a reserva do Exército exerce nas diferentes Hipóteses de Emprego (HE) das Forças Armadas.

Essa modalidade de formação da reserva, do ponto de vista econômico, apresenta uma relação custo-benefício muito vantajosa. Além da economia ao erário público, com a formação de parte de sua reserva, não impacta a vida do jovem cidadão, levando-se em conta que boa parte de sua rotina é mantida inalterada, ao conciliar o trabalho, o estudo e a família.

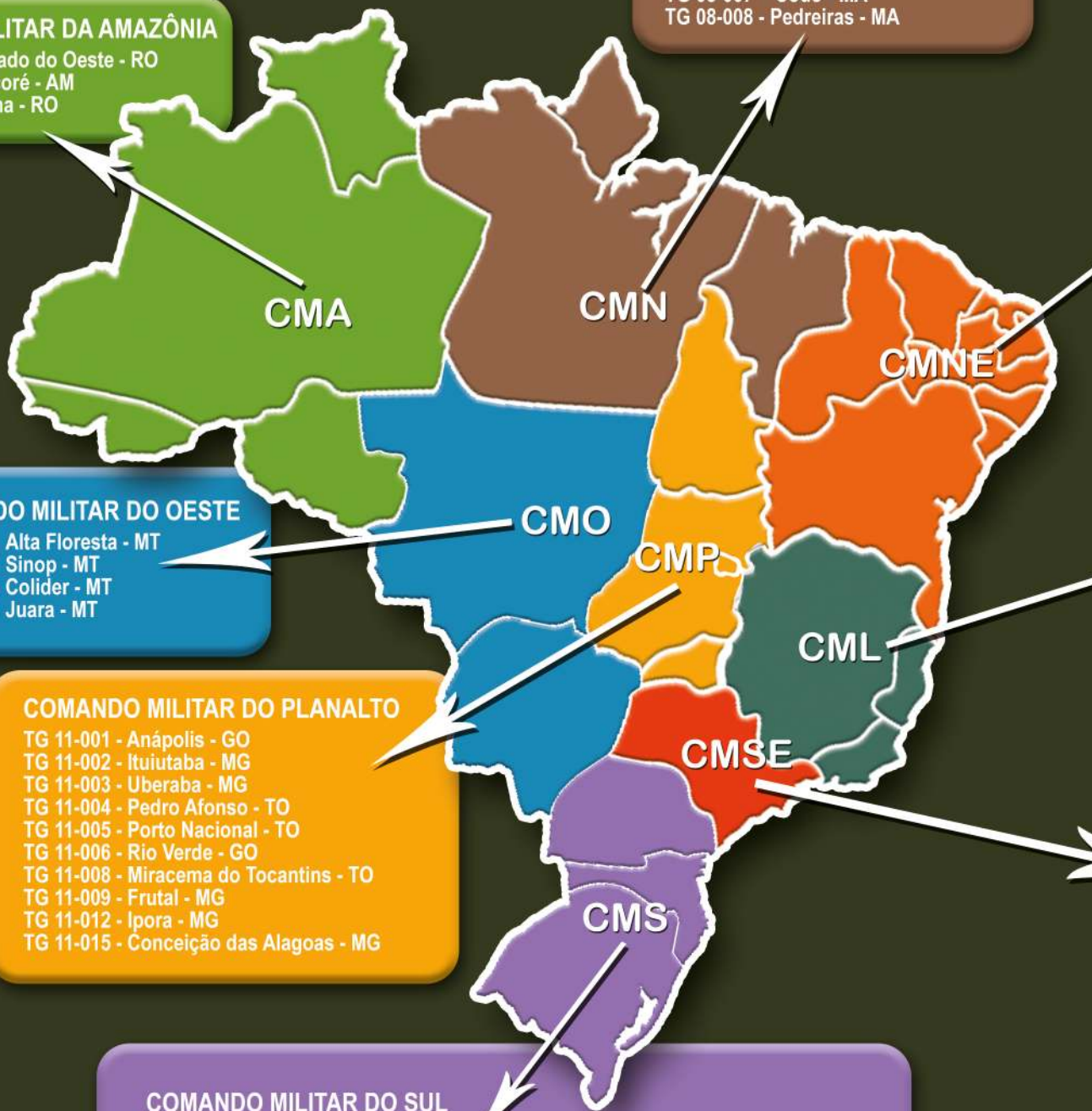
Distribuição dos TG em Atividade por Comando Militar de Área.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

TG 12-001 - Colorado do Oeste - RO
TG 12-002 - Manicoré - AM
TG 12-008 - Vilhena - RO

COMANDO MILITAR DO NORTE

TG 08-001 - Cametá - PA
TG 08-002 - Bragança - PA
TG 08-003 - Abaetuba - PA
TG 08-004 - Breves - PA
TG 08-005 - Castanhal - PA
TG 08-006 - Caxias - MA
TG 08-007 - Codó - MA
TG 08-008 - Pedreiras - MA



COMANDO MILITAR DO OESTE

TG 09-001 - Alta Floresta - MT
TG 09-002 - Sinop - MT
TG 09-003 - Colider - MT
TG 09-005 - Juara - MT

COMANDO MILITAR DO PLANALTO

TG 11-001 - Anápolis - GO
TG 11-002 - Ituiutaba - MG
TG 11-003 - Uberaba - MG
TG 11-004 - Pedro Afonso - TO
TG 11-005 - Porto Nacional - TO
TG 11-006 - Rio Verde - GO
TG 11-008 - Miracema do Tocantins - TO
TG 11-009 - Frutal - MG
TG 11-012 - Ipora - MG
TG 11-015 - Conceição das Alagoas - MG

COMANDO MILITAR DO SUL

TG 05-001 - Cambará - PR
TG 05-002 - Cornélio Procopio - PR
TG 05-003 - Londrina - PR
TG 05-004 - Santo Antonio da Platina - PR
TG 05-005 - Brusque - SC
TG 05-006 - Caçador - SC
TG 05-007 - Jacarezinho - PR
TG 05-008 - Joaçaba - SC
TG 05-009 - Maringá - PR
TG 05-010 - Paranaíba - PR

TG 05-011 - Cianorte - PR
TG 05-012 - Umuarama - PR
TG 05-013 - Bandeirantes - PR
TG 05-015 - Assis Chateaubriand - PR
TG 05-016 - Nova Esperança - PR
TG 05-017 - Loanda - PR
TG 05-018 - Medianeira - PR
TG 05-019 - Campo Mourão - PR
TG 05-020 - Campo Largo - PR
TG 05-021 - Telêmaco Borba - PR

COMANDO MILITAR DO NORDESTE

TG 06-001 - Alagoinhas - BA
TG 06-002 - Cachoeira - BA
TG 06-003 - Santo Antonio de Jesus - BA
TG 06-004 - Cruz das Almas - BA
TG 06-005 - Valença - BA
TG 06-006 - Vitória da Conquista - BA
TG 06-007 - Itabuna - BA
TG 06-008 - Jacobina - BA
TG 06-009 - Jequié - BA
TG 06-011 - Poções - BA
TG 06-013 - Estância - SE
TG 06-014 - Serrinha - BA
TG 06-015 - Lagarto - SE
TG 06-020 - Nazaré - BA
TG 06-023 - Itapetininga - BA

TG 06-024 - Brumado - BA
TG 06-025 - Itamaraju - BA
TG 06-027 - Irecê - BA
TG 07-001 - Rio Tinto - PB
TG 07-002 - Patos - PB
TG 07-003 - Arco Verde - PE
TG 07-004 - Vitória de Santo Antão - PE
TG 07-006 - Pesqueira - PE
TG 07-007 - Palmeira dos Índios - AL
TG 07-008 - Penedo - AL
TG 07-009 - São José da Lage - AL
TG 07-010 - Mossoró - RN
TG 07-011 - Cajazeiras - PB
TG 07-012 - Catende - PE
TG 07-014 - Caruaru - PE

TG 07-015 - Arapiraca - AL
TG 07-016 - Limoeiro - PE
TG 07-017 - Nazaré da Mata - PE
TG 07-018 - Serra Talhada - PE
TG 10-010 - Russas - CE
TG 10-011 - Sobral - CE
TG 10-012 - Parnaíba - PI
TG 10-014 - Aracati - CE
TG 10-015 - Itapipoca - CE
TG 10-018 - Acaraú - CE
TG 10-019 - Campo Maior - PI
TG 10-020 - Quixeramobim - CE
TG 10-021 - Piri-piri - PI
TG 10-022 - Tamboril - CE

COMANDO MILITAR DO LESTE

TG 01-001 - Bom Jesus de Itabapoana - RJ
TG 01-002 - Santo Antônio de Pádua - RJ
TG 01-003 - São Fidélis - RJ
TG 01-005 - Alegre - ES
TG 01-006 - Castelo - ES
TG 01-008 - Itaperuna - RJ
TG 01-009 - Miracena - RJ
TG 01-010 - Nova Friburgo - RJ
TG 01-011 - Teresópolis - RJ
TG 01-012 - Cachoeiro do Itapemerim - ES
TG 01-013 - Guaiçui - ES
TG 01-014 - Porciúncula - RJ
TG 01-015 - São Gabriel da Palha - ES
TG 01-016 - Barra Mansa - RJ
TG 01-017 - Linhares - RJ
TG 04-001 - Araxá - MG

TG 04-002 - Carangola - MG
TG 04-003 - Caratinga - MG
TG 04-004 - Alfenas - MG
TG 04-005 - Diamantina - MG
TG 04-006 - Bom Despacho - MG
TG 04-007 - Governador Valadares - MG
TG 04-008 - Campo Belo - MG
TG 04-009 - Itaúna - MG
TG 04-010 - Guaxupé - MG
TG 04-012 - Guanhães - MG
TG 04-013 - Patos de Minas - MG
TG 04-014 - Passos - MG
TG 04-016 - Muriaé - MG
TG 04-018 - Teófilo Otoni - MG
TG 04-019 - Divinópolis - MG
TG 04-020 - Patrocínio - MG

TG 04-021 - Poços de Caldas - MG
TG 04-023 - São João Nepomuceno - MG
TG 04-024 - São Lourenço - MG
TG 04-025 - São Sebastião do Paraíso - MG
TG 04-027 - Viçosa - MG
TG 04-029 - Curvelo - MG
TG 04-030 - Formiga - MG
TG 04-031 - Lavras - MG
TG 04-032 - Conselheiro Lafaiete - MG
TG 04-033 - Cataguases - MG
TG 04-034 - Varginha - MG
TG 04-035 - Nanuque - MG
TG 04-036 - Januária - MG
TG 04-040 - Santa Rita do Sapucaí - MG
TG 04-041 - Jequitinhonha - MG

COMANDO MILITAR DO SUDESTE

TG 02-001 - Amparo - SP
TG 02-002 - Araraquara - SP
TG 02-003 - Avaré - SP
TG 02-005 - Barretos - SP
TG 02-006 - Bebedouro - SP
TG 02-007 - Andradina - SP
TG 02-008 - Birigui - SP
TG 02-009 - Bragança Paulista - SP
TG 02-010 - Araçatuba - SP
TG 02-011 - Capivari - SP
TG 02-012 - Catanduva - SP
TG 02-013 - Franca - SP
TG 02-014 - Garça - SP
TG 02-016 - Itápolis - SP
TG 02-018 - Jaboticabal - SP
TG 02-019 - Jaú - SP
TG 02-020 - Limeira - SP
TG 02-021 - Mirassol - SP
TG 02-022 - Mococa - SP
TG 02-023 - Mogi Mirim - SP
TG 02-025 - Olímpia - SP
TG 02-026 - Ourinhos - SP
TG 02-027 - Penápolis - SP
TG 02-028 - Piracicaba - SP
TG 02-029 - Pirajuí - SP

TG 02-031 - Ribeirão Preto - SP
TG 02-032 - Rio Claro - SP
TG 02-033 - São José do Rio Preto - SP
TG 02-035 - São Carlos - SP
TG 02-036 - São João da Boa Vista - SP
TG 02-037 - São José dos Campos - SP
TG 02-038 - São José do Rio Pardo - SP
TG 02-040 - Sorocaba - SP
TG 02-041 - Taquaritinga - SP
TG 02-043 - Tupã - SP
TG 02-045 - Americana - SP
TG 02-046 - Assis - SP
TG 02-047 - Batatais - SP
TG 02-048 - Botucatu - SP
TG 02-049 - Paraguaçu Paulista - SP
TG 02-050 - Promissão - SP
TG 02-051 - Jacaré - SP
TG 02-052 - Mogi das Cruzes - SP
TG 02-053 - Araras - SP
TG 02-054 - Bauru - SP
TG 02-055 - Santa Cruz do Rio Pardo - SP
TG 02-058 - Ituverava - SP
TG 02-059 - Marília - SP
TG 02-061 - Espírito Santo do Pinhal - SP
TG 02-063 - Presidente Prudente - SP

TG 02-064 - Presidente Venceslau - SP
TG 02-065 - São Joaquim da Barra - SP
TG 02-066 - Casa Branca - SP
TG 02-069 - São Caetano do Sul - SP
TG 02-070 - Itatiba - SP
TG 02-072 - Santo André - SP
TG 02-073 - Guararapes - SP
TG 02-074 - Leme - SP
TG 02-076 - Itapetininga - SP
TG 02-077 - Santa Rita do Passa Quatro - SP
TG 02-078 - São Bernardo do Campo - SP
TG 02-079 - Cruzeiro - SP
TG 02-080 - Adamantina - SP
TG 02-081 - Suzano - SP
TG 02-082 - Dracena - SP
TG 02-083 - Fernandópolis - SP
TG 02-084 - Guarulhos - SP
TG 02-085 - Igarapava - SP
TG 02-086 - Mogi Guaçu - SP
TG 02-088 - Votuporanga - SP
TG 02-089 - Osvaldo Cruz - SP
TG 02-090 - Peruipe - SP
TG 02-091 - São Pedro - SP
TG 02-092 - Vargem Grande do Sul - SP

NÚMEROS DOS TIROS DE GUERRA

Mais de 219 TG estão representados em atividade por todo o território nacional, em guarnições isoladas ou distantes dos grandes centros, e em todos os Comandos Militares de Área (C Mil A) do EB.

Anualmente, ingressam na reserva do EB cerca de 12.000 atiradores, que somados às turmas anteriores do período de disponibilidade, correspondente aos últimos cinco anos, totalizam quase 60.000 reservistas. Esses homens, treinados com habilidades típicas de combatentes básicos da Força Territorial e instruídos em técnicas e táticas militares, encontram-se em condições de atenderem a eventuais convocações nos casos de decretação da mobilização nacional. Podem ser empregados na constituição das Guardas Territoriais, na atuação em limitadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e na colaboração com a Defesa Civil, constituindo-se em elementos repositórios de recursos humanos para as OMA. Também podem ser empenhados nos casos de constituição de pelotões de defesa de aquartelamentos, pelotões de segurança, guardas de pontos sensíveis estáticos e demais operações estratégicas no contexto da Guarda Territorial e de suas atribuições.

O Exército, por intermédio do Comando de Operações Terrestres (COTER), vem realizando exercícios de treinamento e de mobilização de

sua reserva. Entre essas várias operações, destacam-se as operações de defesa interna e adestramento da Força Territorial, quando reservistas de TG são convocados especificamente para exercícios com tempo determinado, inseridos em contextos de defesa territorial, permitindo a validação desse tipo de doutrina, além do adestramento da reserva.

A Constituição Federal de 1988 reafirmou o desejo da sociedade brasileira, já manifestado nas Cartas Magnas anteriores, pelo Serviço Militar obrigatório, de caráter nacional, universal e democrático, expressando as melhores tradições e os valores republicanos.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) entende que o serviço militar deverá ser mantido e estimulado como forma legítima de identificação da sociedade com as Forças Armadas e com a Nação brasileira, sendo esse poderoso instrumento de Projeção do Poder Nacional consequência dessa engenhosa parceria: **Sociedade – Exército – Cidadão.**

“Tiro de Guerra – Escola de Civismo e Brasilidade, aqui se aprende a amar e a defender a Pátria!”

“Se todos usufruem das benesses da Pátria, por que não todos participarem de sua Defesa?”

Olavo Bilac (Patrono do Serviço Militar)



Alfenas (MG) – Crianças recebem dos atiradores do Tiro de Guerra 04-004 instrução sobre a Bandeira Nacional.



MILITAR TEMPORÁRIO

Elo do Exército Brasileiro com a Sociedade.

Juiz de Fora (MG) - Formatura de conclusão do EAS no 17º Batalhão Logístico Leve.

O Militar Temporário é aquele que presta o Serviço Militar por prazo determinado e destina-se a completar as Armas, os Quadros e os Serviços de Oficiais e as diversas Qualificações Militares de Oficiais e as diversas Qualificações Militares de Praças, conforme legislação específica.

O Exército Brasileiro (EB) organiza os militares temporários por categorias. Cada uma delas foca determinado universo de cidadãos. Atualmente, conta com as seguintes categorias de militares temporários (oficiais e sargentos):

- Oficiais Combatentes Temporários e Oficiais Intendentes Temporários: são os incorporados para o Estágio de Instrução e Preparação para Oficiais Temporários (EIPOOT) e para o Estágio de Instrução Complementar;

- Oficiais Médicos Temporários, Oficiais Farmacêuticos Temporários, Oficiais Dentistas Temporários e Oficiais Veterinários Temporários: são os incorporados para a prestação do Serviço Militar por meio do Estágio de Adaptação e Serviço ou do Estágio de Instrução e Serviço;

- Oficiais Engenheiros Militares Temporários: são os incorporados para o Estágio de Instrução Complementar de

Engenheiro Militar;

- Oficiais Técnicos Temporários: são os incorporados para o Estágio de Serviço Técnico;

- Sargentos Combatentes Temporários e Sargentos Intendentes Temporários: são os oriundos do Curso de Formação de Sargentos Temporários (CFST);

- Sargentos Técnicos Temporários: são os incorporados para o Estágio Básico de Sargentos Temporários; e

- Cabo Especialista Temporário: são candidatos voluntários, dos segmentos masculino e feminino, que possuem formação específica em cursos técnicos de interesse para a Força Terrestre, incorporados depois de observadas as exigências de edital. Alguns exemplos de áreas contempladas são: motorista de viatura pesada, motorista de máquinas de engenharia, eletricista e mecânico.



Curitiba (PR) - Formatura de conclusão do EST e do STT na Bateria de Comando da Artilharia Divisionária/5.

FLUIDEZ NA CARREIRA MILITAR

A existência de oficiais e sargentos temporários permite a formação de uma base na pirâmide hierárquica, fundamental para garantir o fluxo de carreira de oficiais e sargentos, assegurando fluidez na política de pessoal do EB e atendendo às demandas da Força Terrestre.

Com a valiosa contribuição do Serviço Temporário no Exército, assegura-se a necessária juventude dos quadros iniciais da carreira, permitindo à Força uma interação com a sociedade a que serve em diversos postos e graduações da carreira militar e com a devida flexibilidade proporcionada pelo Serviço Temporário.

OFICIAIS COMBATENTES TEMPORÁRIOS (OCT) E OFICIAIS INTENDENTES TEMPORÁRIOS (OIT)

A formação dos oficiais temporários dessa categoria fica a cargo dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e dos Núcleos de Preparação de Oficiais

da Reserva (NPOR), estabelecimentos de ensino militar de formação de grau médio, da linha de ensino bélico, destinados a formar os aspirantes a oficial da reserva de 2ª classe, habilitando-os a ingressarem no Corpo de Oficiais da Reserva do Exército e a contribuírem para o desenvolvimento da Doutrina Militar em suas áreas de competências.

Esses oficiais preenchem, nas diversas organizações militares (OM) do Exército, os claros de oficiais subalternos de carreira das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência. Assim, após a conclusão do CPOR ou do NPOR, o aspirante a oficial recém-formado poderá ser convocado pela região militar durante o período máximo de oito anos.

Anualmente, o EB forma cerca de 1900 aspirantes a oficial temporários das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência, em seus cinco CPOR e 52 NPOR.

OFICIAIS MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS TEMPORÁRIOS

O EB possui, atualmente, uma estrutura de organizações de saúde que contempla 26 hospitais, quatro policlínicas, 28 postos médicos de guarnições, o Laboratório Químico Farmacêutico, a Odontoclínica Central e o Instituto de Biologia, além das formações sanitárias presentes em quase todas as suas OM.

Para fazer com que toda essa estrutura preste um serviço de qualidade, que corresponda à expectativa da família militar e eleve o moral da tropa, o Exército considera imprescindível o papel desempenhado pelos integrantes da categoria de MFDV. Eles podem prestar o serviço militar da seguinte forma:

- em caráter obrigatório, para os concluintes do sexo masculino dos cursos nos Institutos de Ensino Tributários, destinados à formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, que não tenham prestado o serviço militar inicial



Porto Alegre (RS) - Curso de Cavalaria do CPOR/PA realiza instrução no Centro de Instrução de Blindados, em Santa Maria (RS)

obrigatório no momento da convocação de sua classe, por adiamento ou por dispensa de incorporação; ou, a critério da Força, após a realização de programa de residência médica ou de pós-graduação; e

– em caráter voluntário, para médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, homens e mulheres, que venham a completar, até o dia 31 de dezembro do ano da incorporação, 38 anos de idade, possuidores de qualquer documento comprobatório de situação militar e de acordo com as prescrições do Comando do Exército.

OFICIAIS ENGENHEIROS MILITARES TEMPORÁRIOS (OEMT) E OFICIAIS TÉCNICOS TEMPORÁRIOS (OTT)

Os OEMT ocupam os claros de oficiais subalternos de carreira do Quadro de Engenheiros Militares. Já os OTT preenchem nas OM, em tempo de paz, os claros de oficiais subalternos de carreira do Quadro de Engenheiros Militares, do Quadro Complementar de Oficiais e do Serviço de Assistência Religiosa do Exército.

Para se ter ideia da dimensão dessas categorias, esse universo concentra cerca de 30,71% dos oficiais temporários atualmente servindo à Força. Além disso, reúne uma quantidade surpreendente de especialidades: são 17 áreas de conhecimento, totalizando 125 profissões. Com a capacitação técnica, esses especialistas assessoram os comandos nos diversos níveis, subsidiando importantes decisões e ações da Instituição.

SARGENTOS COMBATENTES TEMPORÁRIOS (SCT) E SARGENTOS INTENDENTES TEMPORÁRIOS (SIT)

Os SCT e os SIT são oriundos do CFST. A formação dos terceiros sargentos combatentes (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações e Material Bélico) e intendentes temporários é realizada por meio de cursos desenvolvidos durante o Período de Instrução Individual, sob a coordenação das regiões militares que funcionam, em princípio, nas OM onde

houver claros desses cargos.

SARGENTOS TÉCNICOS TEMPORÁRIOS (STT)

Os STT preenchem nas OM, em tempo de paz, os claros dos terceiros-sargentos de carreira das qualificações militares de subtenentes e sargentos. Esses militares possuem formação em áreas de interesse do Exército e, após se voluntariarem para o serviço militar, sob a forma do Serviço Técnico Temporário, são incorporados em OM quando concluem o processo seletivo sob a coordenação das regiões militares.

Atualmente, são listadas 87 habilitações técnicas (profissões) que podem ser selecionadas pelas regiões militares, pois são consideradas áreas de interesse do Exército.

SEÇÃO DE CONTROLE DE MILITARES TEMPORÁRIOS

A Diretoria de Serviço Militar possui uma Seção de Controle de Militares Temporários (SCMT) que tem como principais missões:

- propor ao Departamento-Geral do Pessoal as portarias de efetivos de oficiais e sargentos temporários, distribuídos por região militar;
- realizar a movimentação de oficiais e sargentos temporários, em caráter excepcional e sem ônus para a União, adequando, se possível, as necessidades da Força com os interesses dos militares;
- propor portarias de distribuição de vagas por região militar, destinadas aos militares concludentes do EIPOP e dos MFDV;
- analisar os processos de indenização de pagamento de militares temporários no que diz respeito aos direitos pecuniários a que fazem jus, quando movimentados por interesse do serviço; e
- estudar o complemento de efetivos de militares temporários em grandes eventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, ou, ainda, em situações extraordinárias que se fizerem necessárias, e assessorar os superiores.



Belém (PA) - NPOR do 2º Batalhão de Infantaria de Selva realiza visita.

O Chefe de Instrução e o Instrutor de Tiro de Guerra

A seleção de subtenentes e sargentos para os cargos de Chefe de Instrução e Instrutor de Tiro de Guerra (TG), realizada entre os voluntários que se enquadram nos rígidos padrões dessa importante função, leva em conta o perfil profissiográfico, o mapa de indicadores e outras ferramentas de quantificação do mérito.



Dentre todos os atributos físicos, morais e intelectuais, a versatilidade e a capacidade de adaptação à situação em que está inserido o Tiro de Guerra são qualidades que destacam o seu Instrutor.

Ao designá-lo para a nobre missão de chefia da instrução, o Exército Brasileiro (EB) acredita que esses profissionais de alta estirpe, selecionados de forma bem criteriosa, cumprirão as suas obrigações com tenacidade, abnegação e persistência. Sua missão é complexa e extenuante, pois esses homens representam o EB e as suas tradições de relevantes serviços prestados à Nação.

Os Tiros de Guerra são, a exemplo da sociedade brasileira e de seus municípios, heterogêneos. As condições de trabalho dos Instrutores variam de acordo com os meios oferecidos no apoio à instrução; os equipamentos administrativos; a

facilidade de moradia para a família militar; a distância do apoio logístico da Região Militar; o acesso aos serviços públicos de qualidade; e o apoio à saúde e às vicissitudes e dificuldades que poderiam afetar o bom andamento da instrução militar.

Do ponto de vista das renúncias pessoais em prol da Instituição, merecem destaque: as elevadas distâncias de alguns TG dos grandes centros; o afastamento, ainda que temporário, de grande parte de seus familiares; os horários das jornadas de trabalho e instrução; o relacionamento institucional com as Prefeituras Municipais e com a comunidade local; e a vigilância contínua dos atributos da área afetiva, contra ilícitos na área de jurisdição militar, sempre procurando ver, em cada atirador, suas potencialidades, sem deixar de considerar que se trata de um cidadão ainda em fase de instrução e no cumprimento da Lei do Serviço Militar.



Franca (SP) - TG 02-013 realiza marcha de instrução.

Os Instrutores dedicam-se às formações militar, moral e cívica dos jovens atiradores, que são colocados sob os seus cuidados. Invariavelmente são confundidos e tratados como pais, irmãos, professores, psicólogos, advogados, amigos, conselheiros e mentores desses jovens rapazes.

Os bons exemplos dos Instrutores constituem fator decisivo na formação do caráter e da personalidade do atirador, aprimorando o culto à verdade e à justiça; desenvolvendo o amor à Pátria e a tudo o que ela representa; e incentivando o fiel cumprimento das leis.

O desafio maior está na capacidade do Instrutor em motivar seus atiradores, os quais não percebem salário, mas

estão sujeitos às sanções disciplinares, em decorrência do rigor da ordem e da hierarquia, e devem primar pela pontualidade, assiduidade, preparo físico, higiene, apresentação individual e demais compromissos assumidos com a instrução e com o serviço de escala.

A despeito de todas as dificuldades, com ânimo, vibração e entusiasmo, renovados a cada alvorada, o Instrutor sabe encontrar a justa medida e a palavra correta para impulsionar seus comandados ao dever e ao cumprimento de todas as missões. Esse desafio diário é a motivação, fator encorajador que torna as dificuldades do dia a dia apenas mais um marco para os militares realmente vocacionados. 

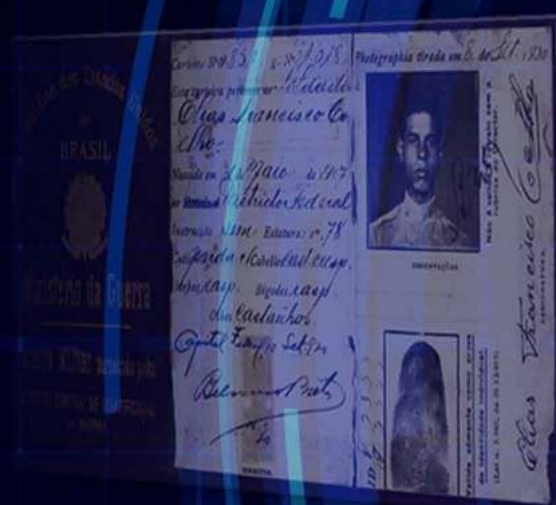
“Trate seus homens como seus filhos, e eles o seguirão aos vales mais escuros. Trate-os como filhos queridos, e eles o defenderão com o próprio corpo até a morte”.

Sun Tzu



Pombal (PB) - TG 07-021 realiza entrega de braçal de monitor.

O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DO EXÉRCITO: há um século identificando a Família Militar



O Serviço de Identificação do Exército instituiu a obrigatoriedade de identidade para todos os oficiais e praças da Força Terrestre. Com mais de 100 anos de existência, possibilitou a confecção de uma identidade nacional de uma das instituições mais bem avaliadas pela sociedade brasileira.



Concomitantemente ao Serviço de Identificação do Exército, foi instituído o Gabinete de Identificação da Guerra, com a finalidade de fornecer informações às Regiões Militares (RM), por meio do sistema de classificação das impressões digitais dos dez dedos, considerado, até hoje, um dos mais eficazes para a identificação humana.

Teve como seu primeiro diretor o Senhor Belmiro Bretas, convocado como capitão por sua reconhecida competência técnico-profissional e por sua notória cultura científica.

O Gabinete de Identificação da Guerra foi inaugurado em 21 de agosto de 1916, durante a gestão

ministerial do Marechal de Exército **José Caetano de Faria**, primeiro militar a ser identificado e a receber a Carteira de Identidade Militar de número de registro IG-000.001. Por ser um honrado chefe militar e o responsável pela criação do Gabinete de Identificação da Guerra, foi considerado o idealizador do Serviço de Identificação do Exército.

O Serviço de Identificação foi reorganizado em 31 de dezembro de 1919, quando ficou estabelecido que, além dos encargos já existentes, deveria proceder à identificação civil e criminal dos reservistas em geral e fornecer a carteira de identidade, mediante indenização. Simultaneamente aos acréscimos de encargos, foram



criados nove Gabinetes de Identificação Filiais, um em cada RM, com as mesmas atribuições do já existente Gabinete Central.

Com as novas incumbências e com a expansão iniciada, o Serviço de Identificação demandava uma legislação que regulasse e estabelecesse as normas para a perfeita execução de suas atribuições. Assim, em 27 de janeiro de 1920, foram aprovadas as suas primeiras instruções, definindo a sua composição e as suas atribuições: um Gabinete Central no Rio de Janeiro (1ª RM) e nove Gabinetes Filiais, com sede nas demais RM (2ª a 10ª). Ao Gabinete Central e aos Gabinetes Filiais caberia a identificação obrigatória de oficiais e

praças, reservistas e voluntários do Exército, além de funcionários em exercício no Ministério da Guerra.

Essas instruções estiveram em vigor até o ano de 1940, quando, após vários estudos, concluiu-se que, dadas as suas características e importância no contexto do Exército, o Serviço de Identificação necessitava ser regido por regulamento próprio. Dessa forma, em 7 de janeiro de 1940, foi aprovado o Regulamento para o Serviço de Identificação do Exército (R/I 15), que trouxe como principais modificações:

- mudança de sua denominação de Gabinete de Identificação da Guerra para Serviço de Identificação do Exército (Sv Idt Ex);

- criação do Quadro de Identificador Datiloscopista;
- criação da chefia do Sv Idt Ex, com a missão de realizar a supervisão geral, substituindo o Gabinete Central, que passou a denominar-se Gabinete de Identificação Regional da 1ª RM (GIR/I), com os mesmos encargos dos demais existentes nas outras RM;
- manutenção dos nove Gabinetes Filiais, que passaram a denominar-se GIR, cada um com sede no Quartel-General da respectiva RM;
- criação de cinco Postos de Identificação de Guarnição (P Idt Gu) nas principais guarnições: Vila Militar (DF), Niterói (RJ), Santa Maria (RS), Bagé (RS) e Belo Horizonte (MG); e
- surgimento do Identificador de Corpo de Tropa (ICT).

Esse Regulamento permaneceu em vigor até 1961,

ano em que, objetivando dar-lhe uma nova estrutura, foi aprovado outro R/115, revogando o anterior. Desse novo Regulamento, podemos citar como fatos importantes o estabelecimento de que o Quadro de Identificadores Datiloscopistas seria composto por Oficiais Datiloscopistas (QOE/Dat) e por Subtenentes e Sargentos Identificadores Datiloscopistas, pertencentes à QM 00/111; e a criação de mais dois GIR, com sede nas 11ª e 12ª RM e 23 P Idt Gu.

Com a estrutura administrativa do Exército, o Sv Idt Ex passou a integrar, em 25 de fevereiro de 1967, a Diretoria de Serviço Militar (DSM), com encargos técnico-normativos, visando tratar dos assuntos relacionados à identificação civil e criminal do pessoal vinculado ao EB.

A NOVA CARTEIRA DE IDENTIDADE MILITAR COM CHIP

ARMAZENAMENTO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

ACESSO ÀS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

ACESSO À BASE DE DADOS SAÚDE OU ARMAZENAMENTO INDIVIDUAL DE DADOS DE SAÚDE

CERTIFICAÇÃO DIGITAL - TOKEN

ACESSO ÀS INSTALAÇÕES /OM - CATRACAS

SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO DO FUSEX

OUTROS



O EB, acompanhando o desenvolvimento tecnológico, está implantando um novo documento de identificação por intermédio do projeto Carteira de Identidade Militar (CIM). O processo encontra-se na fase de montagem da infraestrutura que permitirá atender a toda a família militar.

A CIM é expedida pelo Sv Idt Ex, apropriada para todos os fins legais de identificação pessoal e funcional, com fé pública e validade em todo o território nacional.

Há previsão da instalação inicial de 120 kits de coleta biométrica para atender ao Sv Idt Ex e a uma

boa parte dos órgãos de inativos e pensionistas. Para saber da existência efetiva ou da previsão de Postos de Coleta Biométrica em sua guarnição, consulte a página eletrônica da DSM. Devido aos óbices que devem ser superados, por conta da falta de especialistas em identificação datiloscópica, da deficiência de material e das dificuldades na área financeira, convém esclarecer que nem todos os postos estarão aptos a fazer a coleta biométrica.

A implantação desse sistema tem por objetivo fornecer o novo documento para todos os integrantes



da Força, bem como melhorar as medidas de controle sobre o público interno, uma vez que, para a obtenção da CIM com *chip*, será necessário o cadastramento no Banco de Dados do Exército (EBCorp), por intermédio do Sistema de Cadastramento do Exército (SiCaPEX) e da coleta dos dados de identificação datiloscópica dos usuários.

O projeto de implantação da CIM prevê, também, a aquisição de *kits* às unidades móveis, que facilitarão a identificação de pessoas acamadas, impossibilitadas de se deslocarem aos órgãos de inativos e pensionistas. Isso dará mais confiabilidade às informações, prestando um serviço mais humanizado e de melhor qualidade aos usuários do sistema, e demonstrando a preocupação e o interesse da Força com as necessidades particulares de seu pessoal.

Com esse processo inovador, ocorrerá, ainda, a substituição gradativa dos Cartões do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx), uma vez que nela constará o número do usuário no FUSEx, com o serial familiar. Dessa forma, a CIM poderá ser utilizada nas Organizações Militares de Saúde em substituição ao atual cartão de beneficiário, dispensando, desse modo, a apresentação de dois documentos: a Carteira de Identidade e o Cartão do FUSEx.

A identificação datiloscópica dos inativos e pensionistas terá importante aplicabilidade na apresentação anual. Na oportunidade, por meio da impressão digital no sistema informatizado, será feita a confirmação se a pessoa realmente é o inativo ou o beneficiário que faz jus à pensão. Nesse interim, quanto maior o número de pessoas cadastradas no Sistema de Identificação do Exército, menor será a probabilidade de ilícitos previdenciários.

A nova identidade também poderá substituir os crachás de acesso às instalações de quaisquer OM. Está sendo definido um padrão técnico que permitirá ao militar de outro Comando, por intermédio de um simples cadastro, utilizar as catracas de acesso de outras instalações militares.

A CIM é confeccionada em policarbonato e possui dois *chips* eletrônicos, além de trazer a biometria como evolução significativa para identificação dos vinculados ao Exército. Além dos dados de identificação, a carteira permitirá, opcionalmente, gravar, em seu *chip* de contato, importantes informações, como a certificação digital e outras aplicabilidades. Com impressão a laser, é possível gravar nas seis camadas de policarbonato todos os dados aparentes no documento, tornando praticamente impossível a sua falsificação. Além disso, incorpora diversos elementos de segurança de elevado padrão, tais como fotografia fantasma, holograma "Optical Verification Device" (OVD), microletras, entre outros. 



NOSSAS Organizações Militares



8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO: há mais de um século construindo o Brasil.



Após competente trabalho realizado nos diversos recantos deste imenso Brasil, o 8º Batalhão de Engenharia de Construção – Batalhão Rondon – orgulha-se das gerações que labutaram sob os rigores do sol e da chuva. Ao longo de sua existência, com diversas denominações, visando a adequá-lo às necessidades de emprego, os seus componentes sempre demonstraram eficiência e construíram, com abnegação, grandes e importantes obras, tendo como legado relevantes serviços prestados por vários estados. Selva!!!

RESUMO HISTÓRICO

A origem do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC) remonta à gênese do 5º Batalhão de Engenharia, criado em 4 de junho de 1908, na cidade de Juarena (MT), com a finalidade de apoiar a Comissão Rondon na execução dos trabalhos de construção, transporte e vigilância. Permaneceu na região até 1917 e o seu primeiro comandante foi o Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon.

Em 1919, sediado em São Paulo (SP), teve a denominação mudada para 2º Batalhão de Engenharia (2º BEC). No ano seguinte, o seu efetivo foi reduzido a uma companhia e estabeleceu sede em Quitaúna (SP). No movimento revolucionário irrompido em 5 de julho de 1924, na cidade de São Paulo, permaneceu fiel à legalidade. Nesse período, na divisa entre os estados do Paraná e do Mato Grosso, cumpriu numerosas missões de construção e reconstrução de pontes, linhas férreas e telegráficas. Permaneceu em Quitaúna até maio de 1931, sendo então transferido para Pindamonhangaba (SP), onde construiu o campo de pouso do Ibirapuera.





Vista aérea do 8º BEC - Batalhão Rondon

AS LIDES EM LAGES

A história nos campos de Lages (SC) teve início em 21 de julho de 1934, quando o 2º BEC iniciou o deslocamento para Jaraguá do Sul (SC), a fim de cumprir a nova missão de construir a rodovia Jaraguá do Sul-Vacaria (RS).

Em março de 1935, recebeu a denominação de 2º Batalhão de Sapadores, dando continuidade às diversas e intensas atribuições e executando-as com o esmero que lhe era peculiar. Em outubro desse mesmo ano, foram concluídos os trabalhos de exploração e o projeto dos 10 primeiros quilômetros a partir de Passo do Socorro, no município de Vacaria (RS). Iniciou-se, também, a reparação da estrada que liga a cidade de Jaraguá do Sul ao rio Pelotas, na localidade de Passo do Socorro. Em meados de 1936, voltou-se para a construção da nova sede em Lages e, em dezembro de 1938, pelas peculiaridades de emprego, recebeu novo batismo e foi transformado em 2º Batalhão Rodoviário (2º B Rv). Assim, com a nova designação, toda a década de 1940 concentrou os seus trabalhos na construção do trecho Ponte Alta (SC)-Lages, da BR-2, hoje BR-116.

A DESPEDIDA DO SUL

Durante quase 36 anos de permanência em Lages, o 2º B Rv construiu rodovias, ferrovias, aquartelamentos, obras de arte e várias outras obras importantes para a integração microrregional. Ao longo desse tempo,



Santarém (PA) - Chegada das máquinas em 1970.

tais edificações contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico do sul, integrando-o plenamente ao País, através das construções rododiferroviárias que, além de transportar pessoas, também possibilitou que matérias-primas, manufaturados, produtos industrializados, alimentos, entre outros, fossem levados e trazidos aos diversos rincões desse imenso Brasil.

Em 1970, o 2º B Rv foi transformado em 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC) e transferido para Santarém (PA).

Em 24 de agosto de 1970, os primeiros militares trecheiros chegaram à cidade de Santarém (PA), ocupando parte do pavilhão de Exposição Agropecuária do Baixo Amazonas. Até 1º de dezembro, funcionaram nessas instalações a administração do pessoal e o alojamento, quando se embrenharam na selva, abrindo picadas para o serviço de topografia, enquanto os equipamentos de orientação já rumavam para a região.

Em abril de 1971, o comando mudou-se para a Serra de Piquatuba, dez quilômetros distante de Santarém. Somente depois de dois anos conseguiu instalar todo o batalhão na sede definitiva.

A AMAZÔNIA VISTA DE PERTO

Os integrantes do 8º BEC, ainda em plena adaptação à suntuosidade da selva, sentiam na pele os extremos climáticos: da gélida Lages à tórrida Santarém.

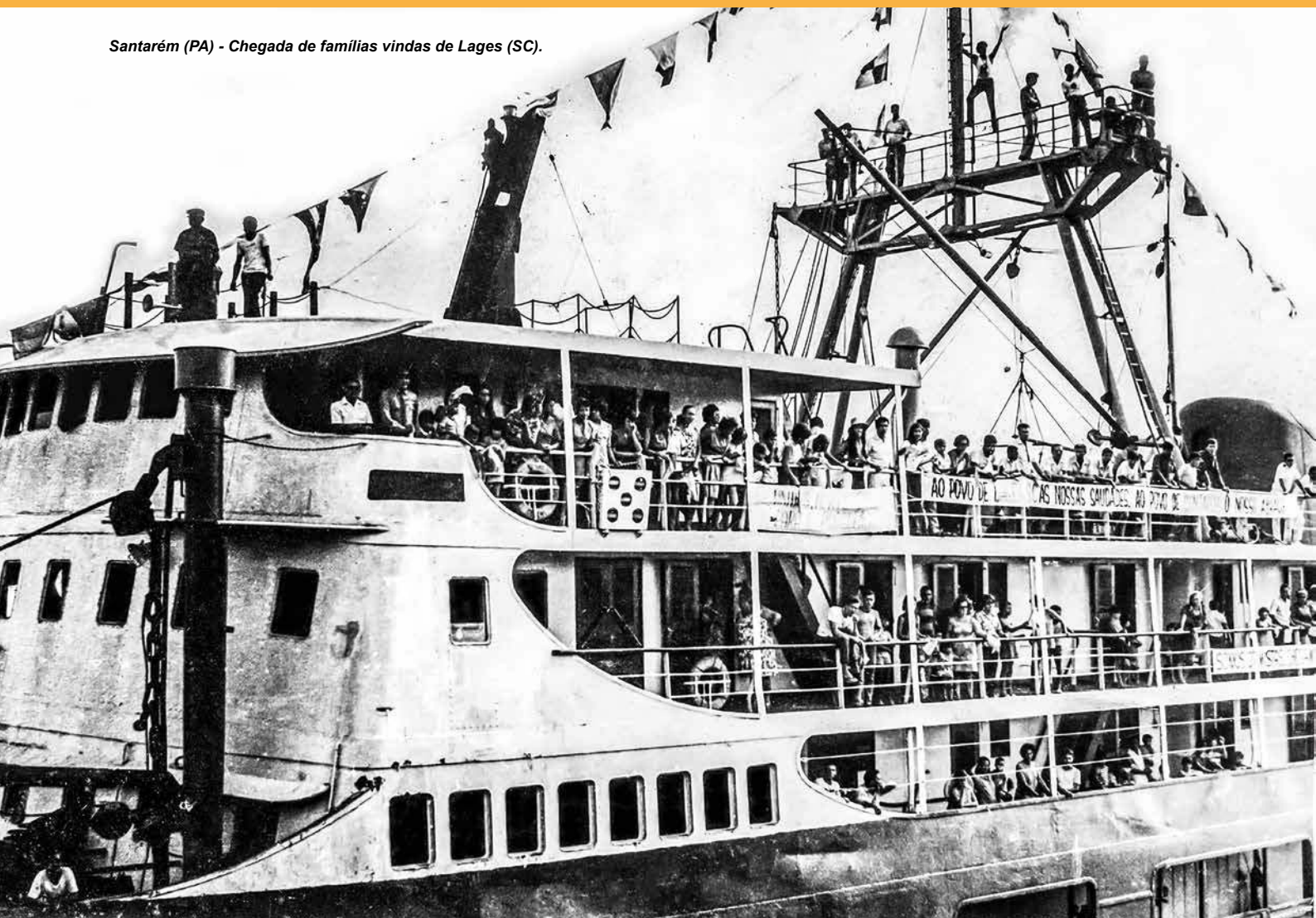
O Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, criou o Programa de Integração

Nacional, tendo como etapa inicial desse projeto a construção das rodovias Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.

O 8º BEC executou uma rápida mudança. As máquinas voaram depressa do sul para o norte. Aproximadamente 450 militares e civis deslocaram-se para a nova sede do batalhão: alguns de avião, para rapidamente preparar a cabeça de ponte e receber os demais desbravadores sucedâneos; outros, juntamente com os familiares, por difíceis vias terrestres ou por tortuosos, demorados e perigosos caminhos fluviais.

O jornal "O Estado de São Paulo" publicou, na edição de 31 de julho de 1970, que paralelamente à construção da Transamazônica, o Exército abriria a estrada Santarém-Cuiabá, com cerca de 1.500 quilômetros, que cortaria a Transamazônica exatamente em Itaituba. Todo o trecho, portanto, a oeste da Cuiabá-Santarém, é de responsabilidade do Exército.

Santarém (PA) - Chegada de famílias vindas de Lages (SC).



ACERVO DE OBRAS

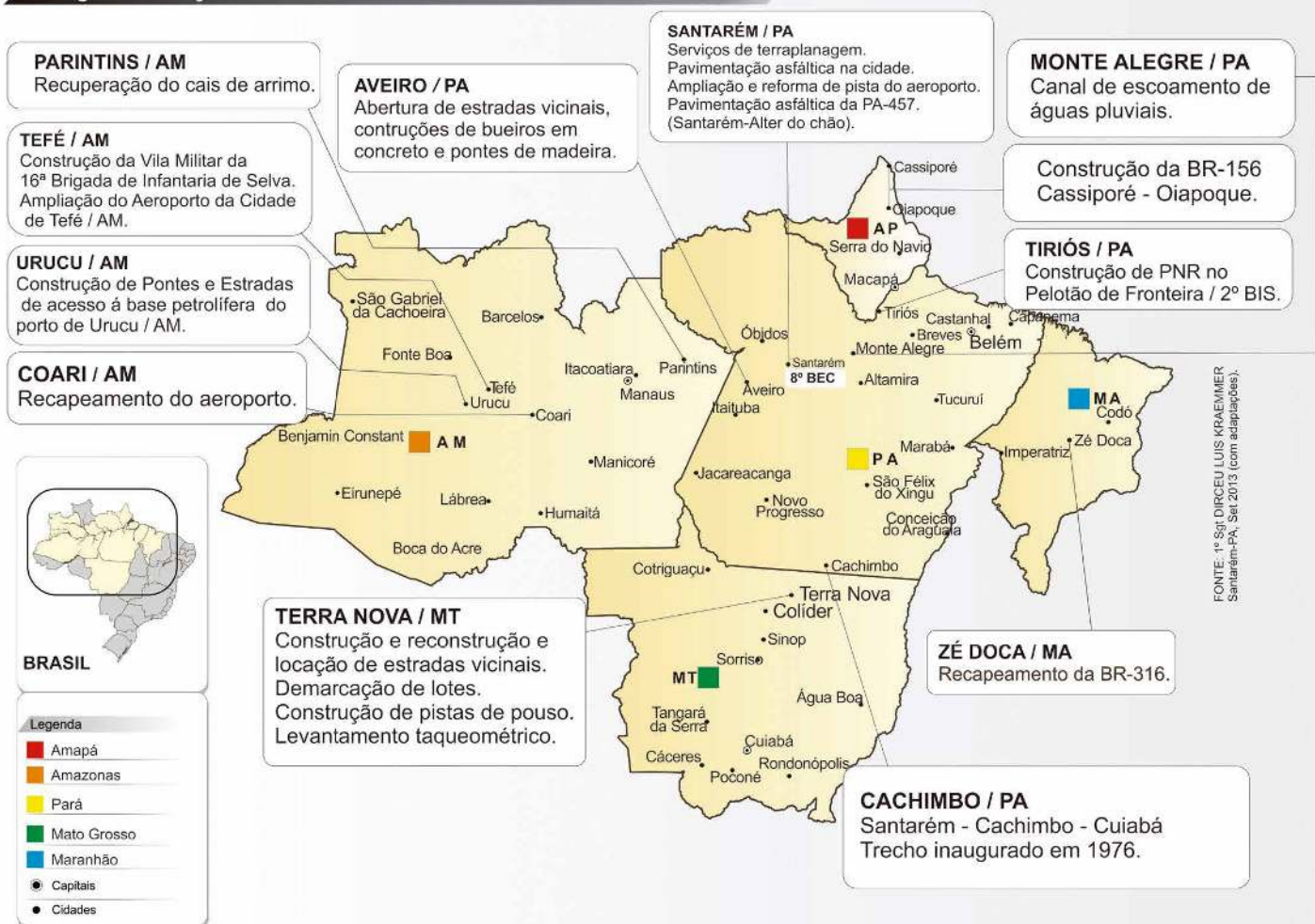
Desde o momento em que aportou na Região Norte, o 8º BEC jamais deixou de movimentar-se e de realizar empreendimentos na construção da Nação, desdobrando-se para cumprir missões que iam desde pequenos trabalhos de engenharia às grandes e marcantes obras, das quais se destacam:

- abertura de estradas vicinais e construção de bueiros em concreto e pontes de madeira no Projeto Integrado de Colonização Altamira-Itaituba;
- construção de estradas vicinais em Terra Nova (MT), demarcação de lotes, levantamento taqueométrico e construção de pista de pouso com 1.000 metros de extensão;
- execução do Projeto Juma em Aripuanã (AM), com trabalhos de construção de estradas, serviços topográficos, bueiros de metal, pontes em madeira, escavação, carga e transporte de material e construção civil;
- assinatura, em 1985, do convênio com o Governo do

Estado do Pará, para a execução de obras na rodovia PA-415, trecho Vitória-entroncamento BR-230 (Transamazônica), com uma extensão aproximada de 43 km;

- serviços de engenharia no aeroporto internacional de Santarém e no aeroporto de Altamira, em convênio com a Infraero;
- serviços de terraplenagem e pavimentação de diversas ruas e avenidas de Santarém;
- pavimentação da BR-163, juntamente com o 9º Batalhão de Engenharia de Construção;
- construção de um canal de escoamento de água pluvial em Monte Alegre (PA) de 106m;
- apoio e envio de equipamentos à missão da Petrobras, em Urucu (AM), além da realização de terraplenagem no porto de Urucu; e
- pavimentação, em convênio com o DNIT, de 21,6 km da BR-163, no trecho do quilômetro 98 ao 119,16.

Algumas ações do 8º BEC na Amazônia





ATUALIDADES

Dentre as diversas frentes de trabalho sob a responsabilidade do 8º BEC, destacam-se as seguintes: Operação Tapajós III, que se encontra em fase final de conclusão, com a implantação de dispositivos de drenagem superficial e cercas de arame farpado na BR-163; Operação Amazonas, também na BR-163, com a realização de serviços de roçada, recuperação da camada

de base, recuperação do caminho de acesso à ponte do Igarapé Preto e serviços de pavimentação; e Brigada da Foz, onde o 8º BEC realiza o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, para a construção da infraestrutura da Brigada da Foz do Amazonas, situada no município de Macapá (AP).



POSTO DE RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO

Em caráter experimental, foi implantado o Posto de Recrutamento e Mobilização de Santarém (PRM/Santarém), com a missão de executar todas as atividades relacionadas ao serviço militar: alistamento, recrutamento, dispensa de seleção, seleção geral, e distribuição e regularização da situação militar dos cidadãos na área da 4ª Delegacia de Serviço Militar.

O PRM/Santarém iniciou suas atividades a partir do dia 1º de janeiro de 2016, ocupando uma instalação de aproximadamente 90 m², dentro do perímetro do 8º BEC.

Exército Brasileiro implanta uma nova governança para o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados

Atividade pouco conhecida, mas com importante impacto para a nossa sociedade, a Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro é objeto de profunda transformação.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

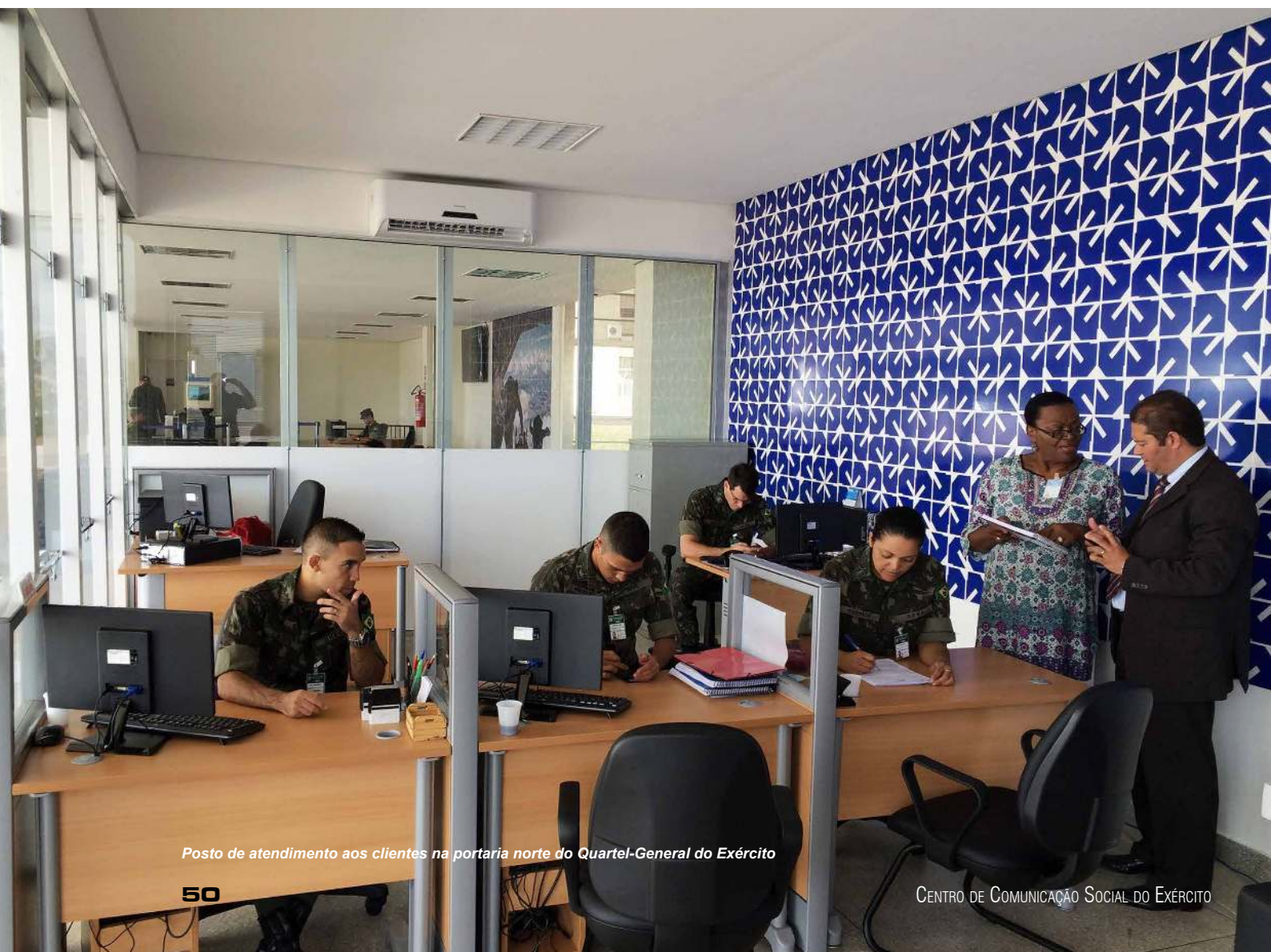
O imperativo de uma significativa evolução no Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados acarretou o planejamento para a implantação de uma Nova Governança, mais moderna, com maior efetividade e transparência. Essa transformação visa aprimorar o atendimento das múltiplas demandas atuais relacionadas a esse tema.

Produto Controlado é aquele cujo poder de destruição, ou outra propriedade, pode causar danos e deve ter suas atividades restritas a pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas. Assim, incluem-se nesse conceito as armas, as munições, os explosivos, os produtos químicos iniciadores de armas químicas, os artefatos pirotécnicos e as blindagens balísticas.

Historicamente, no Brasil, o Exército tem o encargo de controlar as atividades relacionadas à produção e ao uso de explosivos, armas e munições. Na Era Vargas, em 1934, o surto desenvolvimentista gerou a necessidade de melhor normatizar o assunto, sendo

editado o Decreto nº 24.602, que regulou a fabricação de armas e munições no País. A posterior evolução tecnológica e industrial do Brasil refletiu-se na criação do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC), por meio do qual o Exército Brasileiro (EB) cumpre, atualmente, essa missão, valendo-se de uma rede de alta capilaridade, constituída por mais de 300 postos distribuídos em todo o território nacional.

A Fiscalização de Produtos Controlados é de grande relevância para a sociedade, na medida em que afeta a Segurança Pública e a Defesa Nacional pelo conhecimento e pela fiscalização das pessoas físicas e jurídicas autorizadas a exercerem as ações relativas a esses produtos. Proporciona, ainda, o fomento à proteção e ao desenvolvimento da Indústria Nacional, pelas ações de avaliação de produtos e controle do comércio exterior desses bens. No que tange à mobilização nacional, também gera interesse na área da Defesa, pois há um levantamento de dados relativos a diversos aspectos integrantes da cadeia produtiva de materiais de interesse militar.



Posto de atendimento aos clientes na portaria norte do Quartel-General do Exército



verdadeira transformação, que impactará a forma de cumprir sua missão, com significativos ganhos de eficiência, eficácia e efetividade. O trabalho é um esforço do EB, voltado para a melhoria da capacidade de prestação de um serviço de grande relevância para a sociedade. O processo não está concluído, mas, sem dúvida, já vem apresentando resultados promissores e a perspectiva futura é de constante aperfeiçoamento.

A NOVA GOVERNANÇA

A partir de um profundo diagnóstico da situação e da conjuntura atuais, por meio do qual se constatou a necessidade iminente da modernização das práticas e dos processos nessa área, o EB vem implantando as bases de um Sistema transformado, contemporâneo e eficaz, utilizando como elemento motivador o seu novo lema: “Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados: você pode confiar”. Nesse contexto, os profissionais empenham-se sobremaneira em busca de maior agilidade, de transparência de seus atos, da participação dos diversos usuários e integrantes do Sistema em suas atividades, além da permanente prestação de contas.

A implantação dessa Nova Governança provocará mudanças significativas nos pilares do SisFPC, como a estrutura organizacional, os processos, a legislação que o regula, a gestão de seus recursos humanos e o suporte de tecnologia da informação, entre outros.

É um esforço coletivo, conduzido pelo EB, em colaboração com diversos segmentos da sociedade, voltado para a melhoria da capacidade de prestação de um serviço de grande importância para o nosso País.

Dentre os frutos mais relevantes advindos da implantação da Nova Governança, destaca-se o estudo para a modernização do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, que aprovou o Regulamento de Fiscalização de Produtos Controlados, legislação básica que rege o funcionamento do Sistema.

A minuta do novo regulamento está sendo amplamente discutida com os seus maiores interessados: os usuários. Ela foi enviada a diversas entidades representativas e submetida a amplo escrutínio por meio da sua disponibilização para consulta pública na internet. Centenas de críticas, sugestões e propostas foram enviadas, permitindo que, de modo intensamente participativo, o SisFPC elabore uma proposta moderna e adequada às demandas da sociedade.

O Sistema vive um momento de mudança,



Campo Grande (MS) - DFPC realiza visita de orientação técnica à 9ª Região Militar.

VISÃO DE FUTURO PARA O SISFPC

Espera-se que, até 2022, por meio de um processo de transformação, o SisFPC seja capaz de supervisionar, com total efetividade, as atividades de fiscalização de produtos controlados com agilidade, qualidade e transparência, de modo a ser reconhecido pela sociedade como essencial para garantir a segurança nacional e a tranquilidade pública. 



Brasília (DF) - Exército estuda criar Grupo de Trabalho Interagência para combater o comércio ilegal de armas.

DESTAQUES *do trimestre*

Rio de Janeiro (RJ)

MÍSSIL MISTRAL/SISTEMA ASTRO II

No dia 5 de julho, com a finalidade de adestrar os operadores do Sistema de Armas Astros II e do Míssil terra ar Mistral, o Centro de Avaliações do Exército realizou um exercício de tiro, em cooperação técnica com a Marinha do Brasil.



Taubaté (SP)

HELICÓPTEROS HA-1 Fennec



A frota de helicópteros HA-1 Fennec da Aviação do Exército foi totalmente modernizada. Agora, conta com painel *glass cockpit* e com piloto automático de dois eixos integrado ao GPS, aumentando, assim, a capacidade operacional das esquadrilhas de reconhecimento e ataque.

Nova Iorque (EUA)

PROGRAMA DE DESARMAMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS

Na semana de 10 a 16 de julho, na sede da ONU, ocorreu a 6ª Reunião Bienal dos Estados-Partes (BMS6) para a implementação do programa de ação para prevenir, combater e erradicar o tráfico ilícito de armas pequenas e leves em todos os seus aspectos, do Programa de Ação das Nações Unidas (UNPoA), nos níveis regional, nacional e global. O evento contou com a participação de um militar da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), representando o Exército Brasileiro.



Brasília (DF)

CREDENCIAMENTO COM A FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA

No dia 18 de julho, o Hospital das Forças Armadas e a Fundação Universitária de Cardiologia assinaram o Termo de Credenciamento para prestação de serviços médico-hospitalares de média e de alta complexidade nas áreas de cardiologia preventiva e curativa, emergência e reabilitação cardíaca, hemodinâmica, diagnóstica, internações clínica e cirúrgica, terapia intensiva, exames pré e pós-transplante. De acordo com o estabelecido no convênio, foram beneficiados os integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa, bem como seus dependentes e pensionistas e demais pacientes encaminhados pelo HFA.



Natal (RN)

OPERAÇÃO POTIGUAR

No dia 4 de agosto, os órgãos e instituições que atuaram na Operação Potiguar participaram de uma reunião de coordenação das respectivas atividades, no Centro de Operações da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, quando foram estabelecidas as ações estratégicas para a presença da tropa na Região Metropolitana de Natal. O objetivo da Operação Potiguar é restabelecer a ordem pública e o cotidiano de normalidade da população, após o crescimento das ações de violência praticadas por criminosos.



Wiener Neustadt (AT)

CAMPEONATO MUNDIAL DE PENTATLO MILITAR



Interrompendo um jejum de 22 anos, a Equipe Brasileira Masculina de Pentatlo Militar das Forças Armadas do Brasil sagrou-se campeã do 63º Campeonato Mundial de Pentatlo Militar do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM). A competição aconteceu no período de 7 a 14 de agosto, na cidade de Wiener Neustadt, na Áustria, e reuniu 167 atletas de 28 países.

Fortaleza (CE)

NOVAS RESIDÊNCIAS FUNCIONAIS DO EXÉRCITO



Em breve, o Exército Brasileiro disponibilizará novos Próprios Nacionais Residenciais que serão destinados aos Subtenentes e Sargentos da guarnição de Fortaleza (CE). Trata-se do Condomínio da Vila Militar “Subtenente Milton Vieira de Paula”, que contém 83 apartamentos e três casas. Segundo a 10ª Região Militar, responsável pela coordenação da obra, o condomínio será entregue definitivamente, com todos os serviços finalizados, até o final de novembro do corrente ano.

Taubaté (SP)

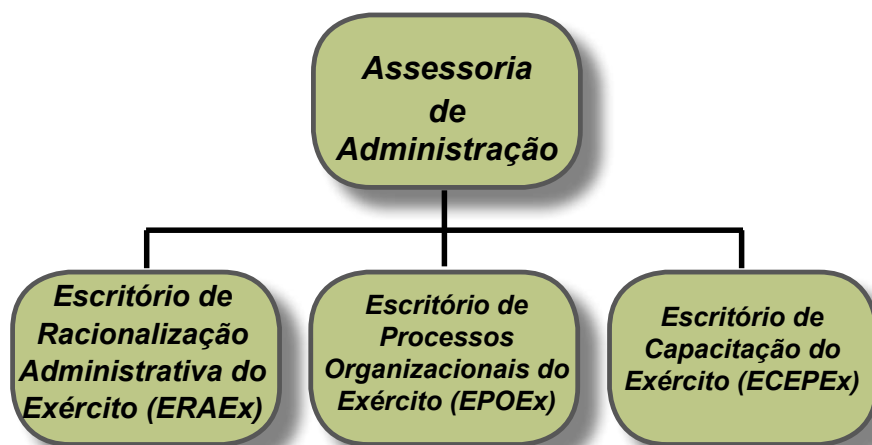
APLICAÇÃO DE CONCURSO DE ADMISSÃO

Nos dias 10 e 11 de setembro, no hangar do Centro de Instrução de Aviação do Exército, foi realizado o concurso de admissão à Escola Preparatória de Cadetes do Exército/2016. Neste ano, com a novidade do ingresso do sexo feminino, foram registradas cerca de 30.000 inscrições, que correspondem a um acréscimo de 60% em relação ao concurso de 2015. Foram inscritas 7.707 mulheres para ocuparem 40 vagas de alunas; uma relação de 193 candidatas por vaga.



A GESTÃO DE PROCESSOS NO EXÉRCITO

A Assessoria de Administração do Estado-Maior do Exército é responsável por coordenar, integrar e controlar as ações direcionadas à Racionalização Administrativa e à Gestão de Processos. Ela viabiliza os meios e os recursos imprescindíveis ao planejamento e à execução das iniciativas, bem como provê a capacitação necessária, garantindo a convergência dos projetos correlatos.



O mundo em constante evolução desafia a Administração Pública a adotar uma postura gerencial mais dinâmica, que possibilite tomar decisões mais rápidas e mais corretas sem ferir os preceitos legais que a regulam. O Exército Brasileiro (EB), sintonizado com os cenários político, econômico e social do Brasil e do mundo, vivencia um processo de transformação, que visa modernizá-lo e conduzi-lo à condição de Força Armada de país desenvolvido.

As diretrizes elaboradas pelo Comando do Exército, particularmente a partir do ano de 2007, compõem o Projeto Gestão de Processos (PGP) e revelam o grau de importância do assunto para a Força Terrestre. A aplicação da metodologia da gestão de processos, alinhada à Sistemática de Planejamento do Exército (SIPLEx), busca atender ao objetivo estratégico de “aumentar a efetividade na gestão do bem público”, constante do Plano Estratégico do Exército – PEEEx 2016-2019.

O Estado-Maior do Exército (EME), Órgão de Direção-Geral (ODG), é o responsável pelo tema e define as diretrizes e as normas a serem aplicadas em toda a Força Terrestre. O EME, buscando adequar seus sistemas corporativos aos novos rumos ditados pela transformação do Exército, percebeu a necessidade de uma estrutura organizacional específica para concentrar os esforços de planejamento e execução das atividades de mapeamento, análise e melhoria de processos, bem como estabelecer a respectiva governança.

Em consonância com a crescente importância do assunto, foi emitida, no final de 2014, a Diretriz de Racionalização Administrativa do EB que, dentre outras ações, determinou a criação do Comitê Gestor do Processo de Racionalização Administrativa e a implantação do Escritório de Processos Organizacionais do Exército (EPOEx) no âmbito do EME.

Tornou-se necessário intensificar e agilizar as ações voltadas ao mapeamento, à análise e à melhoria de processos de maneira sistêmica e com capacidade de abranger todo o EB. Para apoiar a concepção e a implantação, tanto de um Escritório de Processos Corporativo quanto de métodos e padrões de Gestão de Processos correlatos, foi contratada, ainda em 2014, mediante licitação, uma consultoria especializada, com expertise na condução desse tipo de projeto em grandes organizações.

A intensificação das ações relacionadas ao tema motivou a evolução da estrutura organizacional para a gestão de processos. Sendo assim, o Chefe do EME determinou a criação da Assessoria de Administração do Estado-Maior do Exército no ano de 2015.

Essa Assessoria, subordinada à Vice-Chefia do EME, é integrada pelo EPOEx, pelo Escritório de

Racionalização Administrativa do Exército (ERAEx) e pelo Escritório de Capacitação do Exército (ECPEEx), esse último em implantação.

Posteriormente, foram criados os Escritórios de Processos Organizacionais Setoriais (EPOSet), ligados administrativamente aos Órgãos de Assistência Direta e Imediata (OADI), aos Órgãos de Direção Setorial (ODS) e ao Órgão de Direção Operacional (ODOp); e tecnicamente, ao EPOEx.

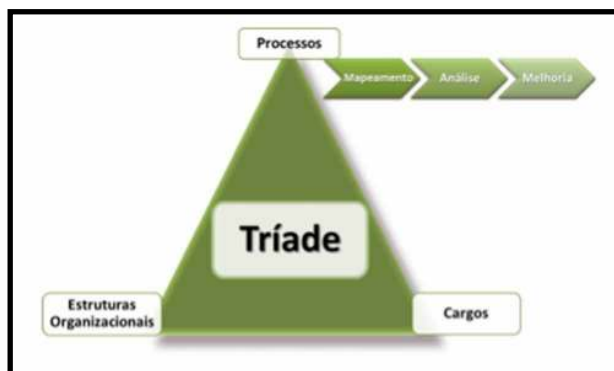
ESCRITÓRIO DE RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO EXÉRCITO (ERAEX)



A Racionalização Administrativa preconiza o estudo das causas e soluções dos processos administrativos, abrangendo a incumbência básica de planejar e aperfeiçoar a gestão, as estruturas organizacionais e o pessoal empregado. Além disso, busca realizar a gestão do bem público sob a responsabilidade do Exército com eficiência, eficácia e efetividade organizacional.

O ERAEx foi estruturado para atuar no planejamento, na coordenação e no controle das ações relacionadas às estruturas organizacionais e aos cargos, de forma integrada aos processos, e em cooperação com os demais órgãos definidores de políticas relativas aos temas.

A Racionalização Administrativa está assentada na tríade “processos, estruturas organizacionais e cargos”, que deve ser analisada no contexto da administração, de forma independente.



Os três pontos focais da Racionalização Administrativa



ESCRITÓRIO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DO EXÉRCITO (EPOEX)

O EPOEx possui as seguintes atribuições principais:

- promover a gestão e a melhoria de processos em todo o EB;

- manter e gerenciar o repositório de processos do EB;

- promover a guarda da metodologia de gestão de processos (padrões, regras e medidas de desempenho);
- consolidar os registros, os documentos, as avaliações e as análises das melhores práticas de gestão de processos e a difusão de aprendizados;

- prestar consultoria, apoiando os gestores de processos no acompanhamento e na avaliação de seus processos de trabalho;

- avaliar e gerir o portfólio de processos, garantindo sua governança;

- estabelecer as diretrizes para a implantação e para o funcionamento dos Escritórios de Processos Organizacionais Setoriais; e

- treinar e desenvolver os recursos humanos nas melhores práticas de gestão de processos.

Desde a sua criação, o EPOEx tem envidado esforços no sentido de desempenhar cada uma de suas funções de forma estruturada e sistêmica, buscando a integração e a sinergia dos esforços para maior efetividade das suas ações.



ESCRITÓRIO DE CAPACITAÇÃO DO EXÉRCITO (ECPEX)

Em fase de implantação, ECPEX estará desempenhando plenamente as atividades de planejamento, execução e controle de capacitação na área de gestão a partir do 2º semestre deste ano.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Entre as diversas iniciativas da Assessoria de Administração destacam-se o trabalho desenvolvido na Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) e o Encontro de Gerentes de Bases Administrativas e de Administração e Apoio.

A DFPC enfatizou a identificação de aspectos críticos que impactavam as atividades finalísticas da área. Os seguintes estudos e propostas de soluções foram realizados nas áreas de Pessoal, Tecnologia da Informação, Inteligência, Comunicação Social, Recursos Financeiros e Operações de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército:

- subsídio à nova estrutura organizacional;

- base completa de informações para as atividades do Grupo de Trabalho para a melhoria do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (GT – PRODCON);

- criação de atendimento aos clientes na Portaria Norte do Quartel-General do Exército, para maior segurança e eficácia do processo;

- potencial de redução do tempo para concessão de TR e CR em 50%, com a implantação dos processos redesenhados;

- potencial de redução do tempo de processamento de Autorização para Aquisição e Importação em 40%, com a implantação dos processos redesenhados;

- definição de métricas para o alcance de resultados



em todos os processos mapeados; e

- aumento da efetividade do planejamento e da análise crítica de resultados de operações e inspeções.

Esse estudo subsidiou a implantação de projetos e a realização de ações de curto, médio e longo prazos, objetivando a melhoria do Sistema de Produtos Controlados do EB, compreendido pelas áreas de avaliação e fiscalização.

ENCONTRO DE GERENTES DE BASES ADMINISTRATIVAS E DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO

Além de palestras, os militares participaram de oficinas de trabalho e atuaram de forma efetiva, contribuindo com sugestões para a melhoria de processos e estruturas componentes das organizações militares em estudo.

Na oportunidade, foram discutidos os processos inerentes às bases, permitindo ao EME deliberar a respeito dos procedimentos e das estruturas consideradas ideais para o cumprimento das suas missões, visando desonerar a Força Terrestre na área administrativa e aumentar a sua operacionalidade. Foi concebido o “metamodelo” de referência para criação/adequação de Base Administrativa ou de Administração e Apoio, com indicação de processos essenciais, de organograma, de estrutura física e de requisitos para Quadro de Cargos Previstos.

O “Metamodelo” das Bases Administrativas e das Bases de Administração e Apoio consiste em um referencial metodológico para auxiliar os gestores na implantação, na reestruturação e no gerenciamento dessas organizações, de forma alinhada à diretriz de Racionalização Administrativa.

Outras ações importantes:

- elaboração da Cadeia de Valor Agregado do EB;
- planejamento e execução de diversas iniciativas de mapeamento, análise e melhoria de processos essenciais, no âmbito do Exército. Essas iniciativas permitiram produzir subsídios ao diagnóstico e ao redesenho de processos, documentar o conhecimento, remodelar estruturas organizacionais e apoiar o gerenciamento;
- elaboração de Manuais Técnicos: Padrão de Modelagem, Gestão de Processos e Gestão de Indicadores; e
- capacitação de militares na metodologia e na ferramenta de gestão de processos.

PRÓXIMOS PASSOS

Alguns desafios inerentes às iniciativas de gestão de processos:

- conciliação da manutenção dos processos com a salutar rotatividade de pessoal;
- deficiente visão sistêmica do processo pelos atores;
- necessidade de métodos e parâmetros para a medição do desempenho organizacional;
- necessidade de ênfase no controle do fluxo de trabalho e dos resultados; e
- visão gerencial focada em cargos e estruturas, não priorizando a forma de execução do trabalho e os resultados efetivos produzidos.

A gestão de processos é uma realidade no Exército e representa um aperfeiçoamento da Força, estando alinhada com a intenção do Comandante do Exército e do Chefe do Estado-Maior do Exército de buscar, em todos os níveis, a racionalização administrativa. Ao institucionalizar a gestão de processos em todas as áreas, o Exército sinaliza para a sistematização e para a normatização dessa prática em âmbito organizacional. 

A CONQUISTA DE CAIENA

*A declaração de guerra de Portugal à França de **Napoleão** levou o Brasil à sua primeira ação militar externa em janeiro de 1809, ou seja, há 207 anos. Episódio heroico e pouco conhecido, a Conquista de Caiena consolidou-se por ordem de **D. João**, o Príncipe Regente, ao Governador do Pará para invasão da Guiana e de sua capital Caiena.*

Texto extraído do trabalho de autoria do Coronel Reformado
Nylson Reis Boiteux – Doutor em conhecimentos militares.

Pintura em tela que retrata o desembarque de tropas, em Caiena. Ao fundo, a fragata Confiança bombardeia posições francesas.



INTRODUÇÃO

As fronteiras do Brasil já ultrapassaram o Oiapoque, estendendo-se até Caiena, a capital da Guiana Francesa. Após essa conquista, Caiena ficou subordinada ao Rio de Janeiro, por intermédio da Capitania do Pará. Isso aconteceu no tempo de **D. João VI** que ordenou ao Governador do Pará, Tenente-General **José Narciso de Magalhães e Menezes**, organizar uma expedição, a fim de tomar a Guiana e Caiena, como represália aos franceses pela sua expulsão de Portugal.

A tomada de Caiena, episódio pouco conhecido da história pátria, aconteceu em janeiro de 1809, ou seja, há 207 anos. Caiena era um povoado pouco habitado, utilizado como presídio militar, mas que, pela sua posição estratégica, permitiria a França ampliar seus domínios na América do Sul. Todavia, defendê-la de um ataque vigoroso seria mais difícil, pois o apoio militar só poderia vir do outro lado do Atlântico, da França ou de Colônias francesas próximas.

COMPOSIÇÃO E MISSÃO DAS FORÇAS DE ATAQUE

A expedição luso-brasileiro-inglesa para a invasão foi organizada em três Forças. A missão da primeira era de apenas reivindicar os antigos limites portugueses na margem austral do Rio Oiapoque, deixando um "Destacamento de Ocupação", com o efetivo de 470 homens e uma bateria de Artilharia. Levava, ainda, um cirurgião e um capelão. Comandava a tropa o Tenente-Coronel **Manuel Marques d'Elvas Portugal**, que saiu do Pará em 27 de outubro de 1808, na escuna "General **Magalhães**", com os barcos "Vingança" e "Leão" e com mais três canhoneiras.

Com 346 homens e sob o Comando do Major **Manoel José Xavier Palmerim**, a segunda Força partiu, em 21 de novembro de 1808, a bordo da esquadra formada pela corveta inglesa "Confiança" (*Confidence*) e por dois brigues de guerra portugueses. O comando das operações militares foi dividido. Coube a Chefia das Forças Terrestres ao Tenente-Coronel **Manuel Marques d'Elvas Portugal** e das Forças Navais ao Capitão de Mar e Guerra da Marinha Britânica **James Lucas Yeo**.

A terceira Força saiu de Belém em 25 de janeiro de 1809, em embarcações fretadas pelos comerciantes do Pará, levando a bordo 250 homens, que seria a reserva (ou reforço) da Força de Ataque Mista.

O ataque ocorreu no dia 6 de janeiro de 1809, quando a pequena esquadra ancorou na foz do Rio Aroague, ao sul de Caiena. Uma tropa de 300 homens, comandada pelo Capitão Inglês **Yeo**, desembarcou e

iniciou a penetração na selva, assaltada por mosquitos e por outros insetos, temendo os animais silvestres, particularmente as cobras. Outra parte da força invasora transportava uma peça de Artilharia, utilizando o rio, em botes. O ataque surpreendeu os franceses. A Expedição Mista venceu. Morreram o capitão comandante dos franceses, o comandante dos fuzileiros da fragata inglesa e soldados de ambos os lados, fazendo-se 16 prisioneiros. O restante dos franceses evadiu-se para a selva.

Nos dois dias subsequentes, organizaram-se posições visando conquistar a "Fazenda de Colégio", sede do Governador e General Francês **Victor Hugues**, que era uma poderosa e artilhada fortaleza. Depois de oferecida rendição ao Governador, o que foi recusado, o Capitão **Yeo** reiniciou o ataque com o apoio de uma peça de Artilharia. A resistência e as baterias francesas foram silenciadas. Senhor da "Casa-Grande", o Capitão **Yeo** mandou incendiá-la.

Na composição das tropas atacantes eram poucos os estrangeiros, somente alguns oficiais e praças nascidos em Portugal. Todos os demais tinham nacionalidade brasileira e, grande parte, oriundos da Província do Pará. Pela sua combatividade, os nativos mereceram um brilhante elogio do Comandante Português **Manuel Marques**.

No dia 9 de janeiro de 1809, foi ocupada *Beau-Regard*, posição estratégica que era a região de onde os invasores interceptariam toda a ligação de Caiena com o litoral. Não existiam Forças Navais Francesas para defender a Colônia, pois naqueles mares a Força Naval Inglesa era ativa e os franceses não teriam condições de enfrentá-la.



Capitão James Lucas Yeo



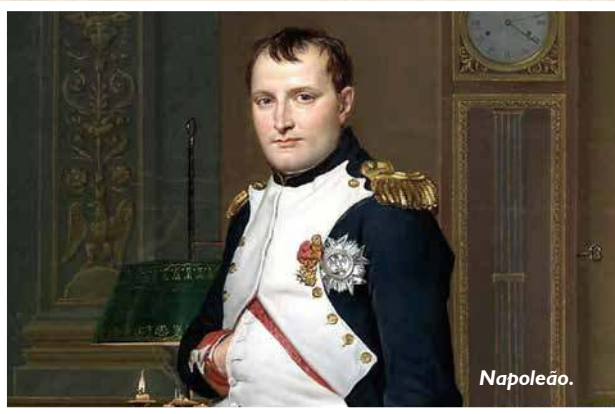
D. João VI

A CAPITULAÇÃO E SUAS BASES

No dia 10 de janeiro de 1809, renovou-se a proposta de capitulação. No dia seguinte, o Governador **Victor Hugues** aceitou e reuniu-se com o Comandante para acertar as bases de sua rendição. Antes, porém, foi realizado o desarmamento dos franceses e a devolução de seus escravos desertores das plantações, que haviam passado para o lado dos atacantes.

Em resumo, as bases da capitulação foram:

- os franceses saíam da Guiana com o seu material e com as honras de guerra em navios equipados pelos vencedores;
- os mesmos navios levariam os súditos franceses que preferissem regressar à pátria;
- os vencedores passariam recibo de tudo o que permanecesse em Caiena: arsenais, baterias etc.;
- a Colônia continuaria a reger-se pelo recém-aprovado “Código de Napoleão”; e



Napoleão.

– as autoridades portuguesas se obrigariam a conservar as culturas de árvores e plantas finas de especiarias.

Após a capitulação ser aceita, as tropas do Tenente-Coronel **Manoel Marques d’Elvas Portugal** entraram em Caiena no começo de fevereiro, dando início a uma ocupação que iria se estender até novembro de 1817.

FINAL DA GUERRA – RECOMPENSAS E TROFÉUS

O Governador da Guiana, com seu Estado-Maior e acompanhantes, foi levado à França no navio de guerra “Infante D. Pedro”, sendo Comandado pelo Capitão brasileiro **Luiz da Cunha Moreira**. O desembarque aconteceu no porto de *Morlaix*, em 20 de abril de 1809. Dessa forma, findou-se a epopeia da tomada de Caiena.

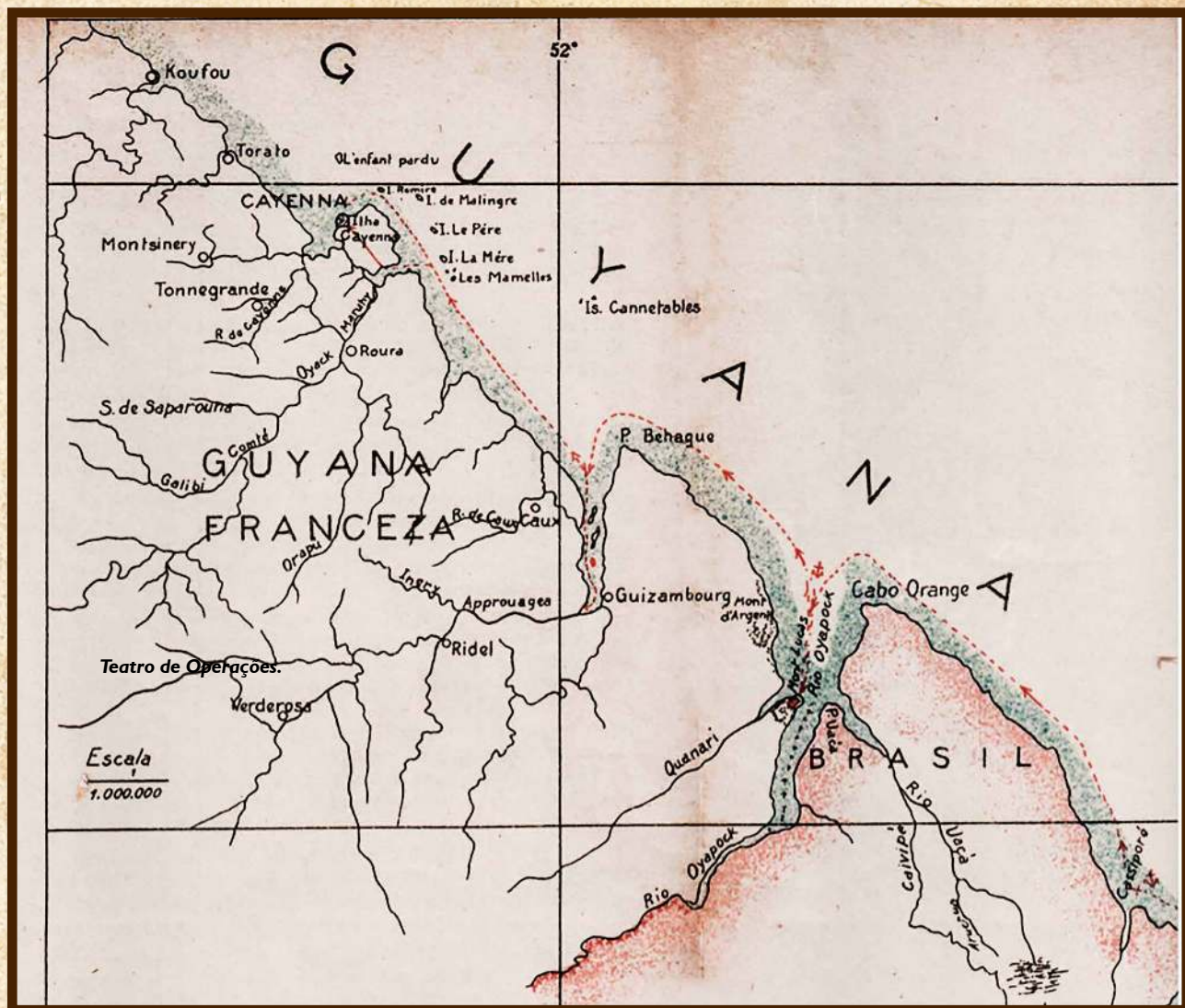
D. João VI, pelo êxito, concedeu promoção aos oficiais, um pecúlio às viúvas dos falecidos e, aos soldados, um distintivo de braço com a palavra CAYENNA. Uma medalha de prata dourada galardeou os bravos. Das bandeiras tomadas, umas foram para a Igreja das Mercês, em Belém, e outras, colocadas na Catedral Metropolitana, no altar de Nossa Senhora da Victória, no Rio de Janeiro.



Medalha da Campanha de Caiena – frente e verso.



João Severiano Maciel da Costa.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O evento foi um ato de larga visão política de **D. João VI**, evitando que os ingleses se apossassem da Guiana, que dificilmente seria restituída à França.

O historiador naval inglês **L. Clowes** assim apreciou a expedição: "A Conquista de Caiena é um dos mais admiráveis exemplos de realização de uma grande empresa, levada a efeito com elementos inteiramente inadequados".

O aparato bélico existente na Capitania do Pará era precário. Os soldados combatentes não tinham experiência de campanha, porém se comportaram com bravura e moral, compensando a precariedade do material usado nas ações.

Durante a ocupação portuguesa, foram introduzidos no Brasil: o abacateiro, a fruta-pão, a canforeira, a noqueira, o *grape-fruit*, o cravo-da-índia e a famosa "Cana-Caiena", muito superior a nossa.

D. João VI escolheu **João Severiano Maciel da Costa**, mais tarde Marquês de Queluz, para governar

a Guiana que, no conceito dos franceses, fez excelente administração.

A Guiana retornou ao domínio francês em 21 de novembro de 1817, como consequência dos acordos do Congresso de Viena e da missão diplomática do Duque de Luxemburgo ao Rio de Janeiro, no ano anterior.



Distintivo de braço concedido por **D. João VI**, para galardoar os soldados que tomaram parte na conquista de Caiena.

A AMAN, OS CADETES, A SAUDADE E A AMIZADE



Em atenção ao artigo publicado na Revista Verde-Oliva nº 230, de dezembro de 2015, com o título “A Magia da Amizade”, o Coronel Refm Luiz Carlos Ramirez, professor da AMAN, enviou-nos o seguinte texto, fruto de pesquisa em trabalhos de vários autores.

Há no Brasil uma Instituição “atrasadíssima”: a AMAN! Imaginem só... a AMAN, que forma os oficiais do Exército Brasileiro (EB), é uma instituição de ensino superior onde não há “cola”, nem pichação nas paredes. Os apartamentos são limpos diariamente pelos próprios Cadetes e tudo tem que estar muito bem arrumado. Os horários são cumpridos rigorosamente; um minuto é um enorme atraso. Nenhum Cadete joga lixo, nem pontas de cigarro no chão. Quando andamos pela AMAN, temos a impressão de que uma poderosa empresa de faxina acabou de passar por lá.

O professor na AMAN, chamado de Mestre, é tratado com o máximo respeito e reverência. O aluno da AMAN, por sua vez, só progride por seus méritos próprios. Lá não há uso de maconha ou qualquer tipo de droga. Será desligado o Cadete que fizer uso de tais produtos.

A vida dos Cadetes não é fácil. Acordam por volta de 05:30 da manhã e têm atividades o dia inteiro – aulas e treinamento físico (corrida, natação, pistas de obstáculos, tiro etc). Dormem em apartamentos espartanos, que abrigam de 8 a 12 pessoas. Recolhem-se por volta de 23:00 horas, pois o estudo deve ser feito entre o jantar e o toque de silêncio, quando as luzes dos apartamentos se apagam. Se quiserem, podem estudar após esse horário, mas deverão fazê-lo em uma sala de aula. Durante o dia, não há tempo livre para estudo individual, somente aos sábados e domingos.

Os Cadetes permanecem na Academia durante toda a semana. Se cometerem algum erro, podem ficar punidos no final de semana, sem permissão para sair para a cidade. Tiram serviços de tempos em tempos, em plantão de 2 horas durante a madrugada. Também fazem ronda de segurança noturna. Quando vão para



exercícios militares, passam fome, sede e ficam sem dormir, ou dormem 2 ou 3 horas por noite. Permanecem semanas em montanhas, suportando temperaturas negativas. Atravessam rios e represas a nado, conduzindo seus equipamentos. Aprendem a saltar de aeronaves e viaturas em movimento, arriscando a integridade física ou mesmo a vida. Aprendem a dormir molhados e ao relento. Fazem deslocamentos a pé, conduzindo suas armas e material por dezenas de quilômetros. Ficam longe de suas famílias e namoradas.

Todas essas dificuldades fazem surgir amizades que nunca mais são esquecidas. Por isso voltam, de cinco em cinco anos, para se reencontrarem e reverenciarem a sua Academia. Fazem isso até morrer e vibram quando se encontram – parecem irmãos que estavam distantes. Na verdade, o são. Irmãos de armas, cuja amizade é amalgamada como se fosse um cimento eterno e inquebrável.

Nessa instituição “atrasada”, os armários dos Cadetes não precisam de chaves ou cadeados e os livros são colocados em escaninhos sem portas. O lema dos Cadetes é cultivar a Verdade, a Lealdade, a Probidade e a Responsabilidade.

Na AMAN, o Cadete aprende a amar e a proteger o Brasil, dever de todos os brasileiros.

Nós, oriundos da AMAN, sentimos orgulho da nossa universidade militar, que prepara oficiais combatentes para o Exército e homens de bem para o Brasil. Sabemos que nada é perfeito, mas nos esforçamos para cumprir a nossa missão: a de defender o Brasil e suas instituições, se necessário com o sacrifício da própria vida.

O impressionante é que, após nos despedirmos, à medida que o tempo passa, as lembranças das dificuldades, dos obstáculos, das conquistas e do cansaço se transformam em uma grande saudade da Academia e dos irmãos que lá fizemos. E indo por outras terras, longe daquelas serras negras, saudosos sempre estaremos e da Academia sempre nos lembraremos. 



AS NOVAS EMBARCAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército Brasileiro (EB) passa por transformações doutrinária e material. Nesse contexto, a dinâmica das operações militares é influenciada por múltiplos elementos, podendo ser conduzida isoladamente ou fazendo parte de manobras estratégicas, englobando outros tipos de ambientes operacionais. A partir da concepção desse modo de operar, diversos projetos e planos foram concebidos com objetivos específicos e se encontram em variados estágios de conclusão. Dentre eles, podemos citar o Projeto PROTEGER e o Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON). O EB, visando ao atendimento desse novo conceito operativo, adquiriu as embarcações Guardian 25 e a Lancha de Patrulha Ribeirinha (LPR 40), que serão empregadas nas operações de fiscalização de fronteira e nas operações ribeirinhas.



EMBARCAÇÃO TÁTICA GUARDIAN 25

Na aquisição da embarcação Guardian 25, o EB levou em consideração as seguintes características gerais:

- ótima estabilidade e capacidade de manobra: ideal para rios estreitos e espaços reduzidos;

- possibilidade de navegação em águas rasas;

- rapidez nos deslocamentos: a agilidade dessa embarcação é proporcionada pelos dois motores de popa de 200 HP cada, perfazendo velocidades de 80 km/h com muita facilidade;

- capacidade de transporte e autonomia: permite o transporte de até 12 pessoas e dispõe de um tanque central com capacidade de 602 litros, que possibilita o funcionamento da embarcação por até dez horas ininterruptas;

- variedade de instrumentos de navegação: a embarcação possui bússola, GPS, radar de navegação, sonar, rádio, além dos comandos *flaps* e *trim* de compensação (o primeiro relaciona-se ao ajuste no sentido de levantar/abaixar a proa/popa e o segundo relaciona-se à inclinação dos motores);

- flutuabilidade: o casco é constituído com partes de fibra de vidro especial,

aliado a um preenchimento com espuma sintética (que não absorve água). Mesmo após disparos de diversos calibres de armas automáticas, a embarcação mantém a flutuabilidade normal; e

- armamento: na proa, há uma Metralhadora .50; na popa, existe um Lança Granada 40 mm; e há duas Metralhadoras MAG 7,62 mm a bombordo e a boreste. Esses armamentos possuem reparos específicos de fábrica com espaços já reservados para os cofres das metralhadoras.

A Guardian 25 possibilita a navegação, por parte do piloto, sem a necessidade de um auxiliar, devido ao uso dos instrumentos existentes. No entanto, um militar dessa embarcação deverá estar apto para cumprir as atribuições de sota-voga, visando às ações de abicagem, atracação e desatracação. O piloto e o seu sota-voga deverão possuir os cursos de Estágio de Condutor de Serviço Público (ECSP) e Estágio de Tripulação de Serviço Público (ETSP), respectivamente.

A guarnição ideal para compor a Guardian 25 pode ser observada na ilustração da página seguinte.

O seu uso está vocacionado ao apoio de fogo. Para tanto, cada embarcação conta com oito homens embarcados, sendo dois elementos de tripulação (piloto e sota-voga) e seis fuzileiros. Pode ser utilizada em atividades operacionais de Intensificação da Presença da Força na Faixa de Fronteira, com o emprego em patrulhas de reconhecimento de marcos fluviais (onde o fator velocidade e poder de fogo são predominantes); e em Posto de Bloqueio e Controle Fluvial, como grupos de perseguição, devido às suas características de dissuasão: velocidade e potência de fogo.

Atualmente, com o intuito de melhor instruir os militares que empregam a embarcação Guardian 25, o Centro de Instrução de Operações no Pantanal conduz os seguintes estágios:



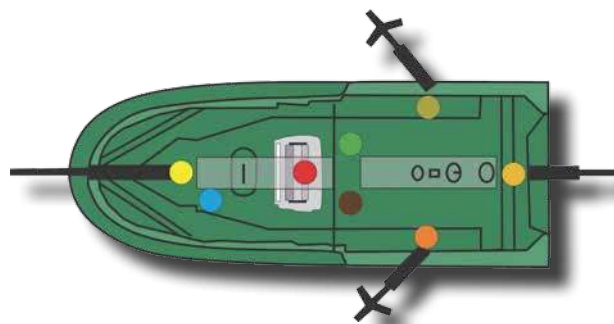
– Estágio Técnico de Navegação e Manutenção da Embarcação de Combate Guardian: especializa militares habilitados na condução das embarcações Guardian (sargentos, cabos e soldados) para executar, com eficácia, a navegação e a manutenção das embarcações, de forma a difundir os conhecimentos adquiridos.

– Estágio Tático para Embarcação de Combate Guardian: especializa os oficiais e os sargentos para executar, com eficácia, o emprego tático nas operações no Pantanal, nas funções de Comandante de Pelotão, de Seção e de Embarcação Guardian.

Além desses, o Estágio de Operações no Pantanal possibilita o adestramento de oficiais e de sargentos do Comando Militar do Oeste, no tocante ao emprego dessa embarcação em um contexto operativo em ambiente pantaneiro.

As informações elencadas nesse artigo foram extraídas do manual do fabricante, bem como de dados registrados após os estágios realizados pelo Centro de Instrução de Operações no Pantanal, juntamente com a Seção de Embarcações do 17º Batalhão de Fronteiras.

GUARNIÇÃO DA GUARDIAN:



- Atirador de Mtr .50
- Auxiliar do atirador de Mtr .50
- Piloteiro
- Comandante da embarcação
- Sota-voga (auxiliar do piloto)
- Atirador Nr 1 de Mtr MAG
- Atirador Nr 2 de Mtr MAG
- Granadeiro



LPR 40



O EB adquiriu Lanchas de Patrulha Ribeirinha (LPR 40) no estaleiro colombiano COTECMAR, que serão usadas para reforçar o patrulhamento na Região Amazônica. A estrutura da embarcação, o sistema de arrefecimento do motor, o casco e outros aspectos favorecem o seu emprego em uma região de clima quente e úmido como o da Amazônia.

A LPR 40 oferece abrigo eficaz à tripulação e aos combatentes contra as chuvas, os ventos e os raios solares. Com relação aos rios de atuação, o calado da embarcação é adequado para as estações de “cheia” e “vazante” e, em regiões de “pedral”, permite a transposição de obstáculos ou o reboque fluvial ou transporte terrestre da embarcação com relativa facilidade.

As LPR 40 são embarcações rápidas e equipadas com radar, com metralhadoras e com infravermelho para visão noturna.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA EMBARCAÇÃO

- Tanques de combustível (diesel): 1.741 litros;
- velocidade de cruzeiro: 46 a 53 Km/h com carga máxima;
- velocidade máxima: 72 Km/h;
- autonomia: aproximadamente 550 km a 46 Km/h;
- motores: dois CATERPILLAR C9;

- potência: 505 HP a 2.500 RPM;
- armamento principal: duas Metralhadoras .50 na proa e uma na popa;
- proteção balística; e
- armamento secundário: duas Metralhadoras MAG 7,62 mm.

FORMAS DE EMPREGO

- Operações autônomas para vigilância, patrulhamento e controle fluvial;
- apoio de fogo e comunicações em nível Grupo de Combate Fluvial;
- Operações Ribeirinhas (marcha para o combate, reconhecimento, ataque, Posto de Bloqueio e Controle Fluvial e estabelecimento de Ponto Forte); e
- desova e resgate fluvial” de pequenas frações.



O Santuário de Nossa Senhora da Piedade e o 12º Batalhão de Infantaria

Em agosto de 1988, recrutas do então 12º Batalhão de Infantaria, que realizavam o Estágio Básico de Escalador Militar, na região da Serra da Piedade, nas proximidades da cidade de Belo Horizonte (MG), cumpriram uma missão um pouco diferente do combate em ambiente operacional de montanha. A conjunção da força, da coragem e da religiosidade fez com esses militares carregassem uma cruz de uma tonelada para o alto da montanha com 1.746 metros de altitude.

O Santuário de Nossa Senhora da Piedade, localizado a 48 km da capital mineira e a 16 km do município de Caeté (MG), é um cenário de riquíssima beleza natural, no alto da montanha, a 1.746 metros de altitude. O local abriga a imagem da Padroeira do Estado de Minas Gerais e é propício para quem busca tranquilidade e contato com a natureza.

Sua história teve início por volta do século XVIII, quando os fidalgos portugueses Antônio da Silva Bracarena e o Irmão Lourenço, fundador do Colégio do Caraça, chegaram e construíram, na Serra da Piedade, um rústico eremitério e, ao lado, uma igreja dedicada

a Nossa Senhora, pela qual tinham grande devoção. Para solenizar esse fato, de tamanha importância, chegou a Belo Horizonte, em 14 de maio de 1956, a imagem que se cultua até hoje na Serra da Piedade. No mesmo ano, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário Nossa Senhora da Piedade foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

A Santíssima Virgem Maria, venerada há mais de dois séculos, foi declarada, pelo Papa João XXIII, por meio das Letras Apostólicas “Haeret Animia”, de 20 de novembro de 1958, Padroeira do Estado de Minas Gerais.



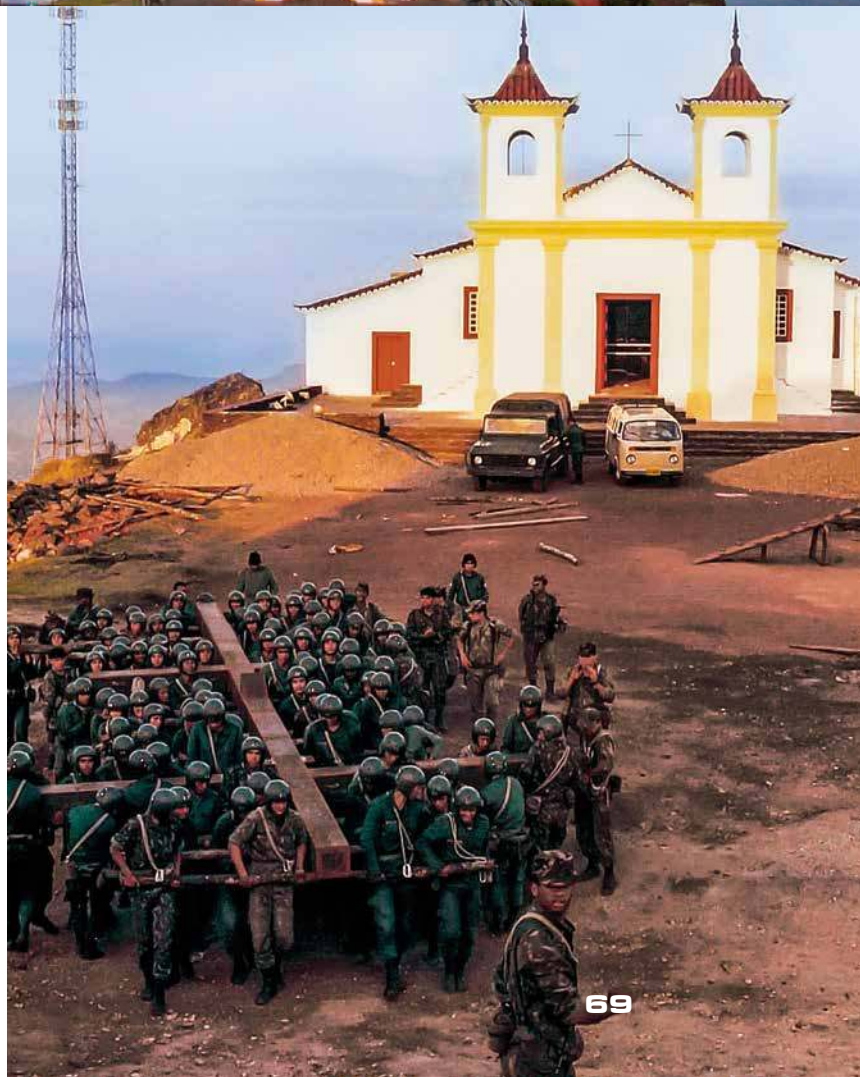


requisitados a conduzir a Cruz do Calvário, que ainda hoje encontra-se instalada à frente do Santuário.

Era o mês de agosto de 1988. Os recrutas da 1ª Companhia de Fuzileiros (1ª Cia Fzo) do 12º BI, incorporados naquele ano, realizavam o Estágio Básico de Escalador Militar. O então 2º Tenente **Ramon Marçal da Silva** recebeu o pedido do Reitor do Santuário para que a pesada cruz fosse conduzida até o seu local de instalação. A partir daquele momento, o pedido do Reitor foi encarado como uma missão operacional. O efetivo aproximado de 100 homens teve como objetivo conduzir o símbolo religioso montanha acima. Após quatro horas de intensos esforços, a missão foi cumprida!

Posicionada diante da fachada frontal da antiga igreja, avista-se a cruz, moldada em ferro modular, pesando cerca de uma tonelada. Hoje, a escultura é composta, ao centro, pela imagem de Cristo, tendo à sua direita a imagem da Virgem Maria e à sua esquerda a imagem de São João.

Ainda naquele ano, o 12º BI realizaria, com a 1ª Cia Fzo, comandada pelo então Capitão **Eli Pinto de Melo**, o 1º Estágio de Escalador Militar para cabos e soldados, formando a 1ª Companhia de Montanha.



O VÍNCULO COM O EXÉRCITO BRASILEIRO

Em novembro de 1981, o 12º Batalhão de Infantaria (12º BI), além de outras organizações militares (OM) da guarnição de Belo Horizonte, enviou recrutas para serem formados Escaladores Militares e, em seguida, Guias de Cordada, no 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, em São João Del-Rei (MG). Ao retornarem a Belo Horizonte, esses pioneiros receberam a missão de conquistar as rotas e abrir um campo-escola. Após diversos reconhecimentos, a Serra da Piedade foi o local escolhido, devido às magníficas formações rochosas que possui e à sua proximidade à capital mineira. Convém destacar, também, que a sua altitude e o seu clima realçam as características de um ambiente operacional de montanha.

Desde então, a cada ano, o 12º BI realiza oito Estágios Básicos de Combatente de Montanha (EBCM), formando militares do EB, cadetes da Força Aérea Brasileira e integrantes dos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, tornando-os aptos ao combate em montanha e ao trabalho em alturas.

A HISTÓRIA DA CRUZ

Os laços que unem o 12º BI à Serra da Piedade, local histórico de peregrinação religiosa, fortaleceram-se, em 1988, quando militares do “Doze de Ouro” foram

Personagem de Nossa História:

Marechal José Caetano de Faria

Idealizador do Serviço de Identificação do Exército.



O Marechal de Exército **José Caetano de Faria** nasceu no dia 21 de março de 1855, no Rio de Janeiro (RJ), então capital do Império. Era filho do Senhor **Caetano José de Faria** e da Senhora **Adelaide Lima de Faria**.

Em 2 de janeiro de 1868, assentou praça, como voluntário, em pleno conflito da Tríplice Aliança (1865-1870). Foi promovido a Alferes em 4 de dezembro de 1875, e, até alcançar o generalato, recebeu todas as suas promoções por estudos e merecimento.

Ao atingir o posto de General de Divisão, comandou a 1ª Região Militar, Região Marechal **Hermes da Fonseca**, no Rio de Janeiro, no período de 21 de janeiro de 1909 a 25 de novembro de 1911.

Por sua destacada vida militar, foi Ministro da Guerra durante a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, no governo do Presidente **Venceslau Brás**, sétimo período do governo republicano, tendo participação marcante na reforma e na modernização do Exército Brasileiro.

O Marechal **José Caetano de Faria** foi defensor

incontestes do Serviço Militar obrigatório e sempre procurou demonstrar o quanto era importante uma lei impondo, no mínimo, o sorteio militar. Lutou, com bastante energia, por tal medida. Nesse espaço temporal em que foi Ministro da Guerra, presenciou a aplicação, pela primeira vez, da Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908 – Lei do Sorteio.

Assim, as comemorações da realização do primeiro sorteio para o Serviço Militar obrigatório aconteceram na Praça da República, no Rio de Janeiro, com a presença de personalidades da vida brasileira, incluindo o poeta **Olavo Bilac**, que também defendeu essa causa.

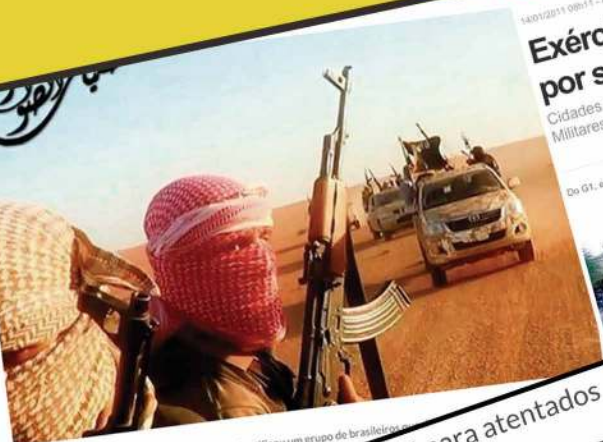
Durante o seu Ministério, também foi criado o Serviço de Identificação do Exército, com o nome de Gabinete de Identificação da Guerra, e instituída a obrigatoriedade de identificação de todos os oficiais e praças. O primeiro diretor foi o Senhor **Belmiro Bretas**, que exerceu essa função por mais de 22 anos. O Marechal **José Caetano de Faria** foi o primeiro identificado a receber a Carteira de Identidade Militar de número de registro IG-000.001.

Após deixar o Ministério da Guerra, o Marechal **José Caetano de Faria** foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), em 28 de junho de 1919, exercendo essa função com altivez, durante um período de mais de 15 anos de atividades.

Dois anos depois de sua aposentadoria, faleceu, em 7 de agosto de 1936, deixando um legado inspirador para o Serviço Militar obrigatório e para o Serviço de Identificação do Exército. Como Ministro da Guerra, a sua atuação proativa possibilitou a execução de reformas na Força Terrestre, em tempos difíceis e tenebrosos da Primeira Guerra Mundial.

Por seu exemplo de honrado chefe militar e pela sua obra em prol do Serviço Militar obrigatório, como justa e merecida homenagem, o Marechal **José Caetano de Faria** foi instituído Patrono do Serviço de Identificação do Exército que, no ano corrente, completa o seu centenário de criação.

Você já pensou se...



Exército distribui água aos afetados por seca no Nordeste

Cidades de Minas Gerais também são atendidas pela Operação Pipa. Militares de 33 Unidades do Comando Militar do Nordeste participam da

Do G1, em São Paulo



Moradores de mais de 600 cidades, em Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí, são atendidos, neste início de agosto, pela Operação Pipa, do Exército Brasileiro, que teve início em setembro de 2015 com a distribuição de água potável às comunidades atingidas pela estiagem na região Nordeste e Espírito Santo.

Segundo o Exército, militares do Comando Militar do Nordeste participam da Operação. Apesar de não serem os únicos a atuar, os militares são os principais responsáveis por garantir a distribuição de água potável às comunidades atingidas pela estiagem.

Rayssa Natani
Do G1 Acre

Exército ajuda a remover famílias atingidas pela cheia do Rio Acre

Equipe conta com 55 militares, sendo dois médicos e dois enfermeiros. Quatro barcos e oito viaturas foram disponibilizados para o suporte.



Terroristas publicam "manual" para atentados durante os Jogos Olímpicos

Especialista norte-americana em contraterrorismo, Rita Katz explica que os terroristas elaboraram uma espécie de "cronograma de ação" para possíveis ataques e pediram que "lobos solitários" - pessoas que atuam sozinhas em grandes ataques, como o atirador à Boate Pulse em Orlando e o atirador que matou policiais durante protestos em Dallas - dirijam-se ao Brasil.

Forças Armadas realizam ocupação do Complexo da Maré

Cerca de 2.500 homens participam da operação. Tropas do Exército e da Marinha vão substituir policiais militares, que ocuparam o local no domingo.

Violência tirou da corrida eleitoral 20 candidatos e pré-candidatos

Presidente do TSE reforça pedido de atuação da PF. Tropas federais vão acompanhar votação em 14 estados.

Violência no Nordeste

Rio Grande do Norte tem nova onda de ataques após anúncio do reforço das Forças Armadas

Criminosos incendiaram pelo menos sete veículos durante a madrugada.

Por: Estadão Conteúdo e Agência Brasil
01/08/2016 - 12h05min

Autoridades pedem a Exército uma passarela onde ponte caiu em MS

Pedido será encaminhado pela unidade da região ao CMO. Sem a ponte, moradores tem que fazer desvio.

ELEIÇÕES 2016

APÓS EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA, FORÇAS ARMADAS REFORÇAM SEGURANÇA NAS ELEIÇÕES

Cerca de 25 mil militares vão dar apoio em 499 locais.

... as Forças Armadas não atuassem em situações de calamidade pública ou de pacificação?



Na ativa ou na reserva,
uma vida dedicada
ao Brasil.

“Luz!”

“A Pátria reverencia
Olavo Bilac, o Príncipe
dos Poetas Brasileiros,
que, com o coração
e a ação, mostrou aos brasileiros
a nobreza do dever militar.”